

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ANTROPOLOGIA

***Lugar de mulher é na política: recrutamento e carreiras políticas
em Sergipe***

VANDERSON DE GOIS SANTOS

SÃO CRISTÓVÃO – SE
2012

VANDERSON DE GOIS SANTOS

LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA: RECRUTAMENTO E CARREIRAS POLÍTICAS
EM SERGIPE

SÃO CRISTÓVÃO – SE
2012

VANDERSON DE GOIS SANTOS

*LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA: RECRUTAMENTO E CARREIRAS POLÍTICAS
EM SERGIPE*

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Sergipe como parte dos requisitos do Núcleo de Pós-graduação e Pesquisa em Antropologia para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Ernesto Seidl

SÃO CRISTÓVÃO – SE
2012

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S231l Santos, Vanderson de Gois
Lugar de mulher é na política: recrutamento e carreiras políticas
em Sergipe / Vanderson de Gois Santos; orientador Ernesto Seidl.
– São Cristóvão, 2012.
93 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade
Federal de Sergipe, 2012.

1. Antropologia. 2. Mulheres na política - Sergipe. I. Seidl,
Ernesto, orient. II. Título.

CDU 572.027(813.7)

VANDERSON DE GOIS SANTOS

*LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA: RECRUTAMENTO E CARREIRAS POLÍTICAS
EM SERGIPE*

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Sergipe como parte dos requisitos do Núcleo de Pós-graduação e Pesquisa em Antropologia para obtenção do título de Mestre.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:

Profº Drº Ernesto Seidl - Orientador
Universidade Federal de Sergipe

Profª Drª Fernanda Rios Petrarca
Universidade Federal de Sergipe

Profº. Drº. Wilson José Ferreira de Oliveira
Universidade Federal de Sergipe

DEDICATÓRIA

À minha família, pelo carinho e apoio irrestrito na minha trajetória, propiciando as condições necessárias para a realização deste trabalho e a todos que contribuíram indiretamente, que fizeram valer a máxima de Fernando Pessoa: *Tudo vale a pena se a alma não é pequena.*

AGRADECIMENTOS

À Ernesto Seidl, orientador, pelo estímulo e competente orientação durante a pesquisa.
Aos professores, pelo apoio no convívio estimulante durante o curso.

RESUMO

A preocupação analítica central situou-se, em termos mais gerais, no estudo das relações entre participação política e recursos socioculturais acionados de acordo com as lógicas subjacentes ao jogo político; e, num nível mais específico, interessou à investigação a reconstituição dos elementos simbólicos presentes no que estamos chamando aqui de *simbologia da representação política feminina*, constituída pela presença da participação das mulheres em atividades político-partidárias no legislativo estadual em Sergipe. Para tanto, analisou-se mais detidamente o universo político construído em torno das atividades de Goretti Reis (DEM) e as principais concepções que regem esse cotidiano de ações.

Palavras chave: Representação política, mediação e trajetórias.

ABSTRACT

The central analytical concern was situated, more generally, on the relationship between political participation and socio-cultural resources triggered according to the underlying logic of the political game, and in a more specific level, it was interested to the research the reconstitution of symbolic elements present in what we are here calling *symbolism of female political representation*, constituted by the presence of women's participation in political activities in state legislative in Sergipe. To this end, it was analyzed more closely the political universe built around the activities of Goretti Reis (DEM) and the main concepts that rule this everyday actions.

Keywords: Political representation, mediation and trajectories.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
Questão.....	10
Procedimentos metodológicos e estratégias de ação.....	17
A “cozinha” da pesquisa: apresentação, etapas e dificuldades da investigação.....	19
Apresentação e dificuldades da pesquisa.....	20
Entrevistador e entrevistados: interações de pesquisa.....	22
 RECURSOS SOCIOCULTURAIS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA: CREDENCIAIS E LEGITIMAÇÃO POLÍTICA.....	26
Arthur Reis: o homem do <i>sim sim, não não</i>	41
Goretti Reis: a secretária de saúde que virou deputada.....	45
 COTIDIANO DAS ATIVIDADES PARLAMENTARES: A (RE) CONSTRUÇÃO DO NOME GORETTI REIS.....	51
 AS DIMENSÕES SUBJETIVAS EM TORNO DO COTIDIANO DAS ATIVIDADES PARLAMENTARES.....	72
 CONCLUSÃO.....	87
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	91

INTRODUÇÃO

1.1 - QUESTÃO

Esta dissertação está inserida numa linha de estudos sobre processos de recrutamento e participação política, voltada à análise das modalidades de inserção política, os recursos acionados e as formas de atuação de agentes e grupos no espaço político (BOURDIEU, 1989a). Estudos que procuram apreender a “política” em ação, como os agentes sociais, localizados numa cultura específica, dizem fazer política ou identificam como feita por outros, ou seja, buscam-se as formulações de agentes específicos sobre atividades que dizem pertencer à “política” (PALMEIRA & BARREIRA, 2006).

Nesse sentido, a preocupação analítica central aqui se situou, em termos mais gerais, no estudo das relações entre modalidades de participação política e recursos sociais e culturais (idade; titulações, sobretudo, escolar e profissional; experiências profissionais; trajetórias de vida; formas de apresentação de si, entre outros.), acionados de acordo com as lógicas subjacentes ao jogo político; e, num nível mais específico, interessou à investigação a análise dos elementos simbólicos presentes no que estamos chamando aqui de *simbologia da representação política feminina*, constituída pela presença da participação das mulheres em atividades político-partidárias. O caminho foi tentar analisar os discursos, os signos, as classificações e as formas de ação contextualmente construídos por agentes sociais localizados em situações específicas, em torno da presença da *mulher* no jogo propriamente político. O estudo também visou à análise das bases e lógicas sociais subjacentes às definições que visam a classificar ações ou atores como sinais de “competência política” (BOURDIEU, 1983).

Os questionamentos e as dúvidas sobre as condições e as possibilidades de participação feminina no processo político-partidário tornam-se frequentes tanto em discursos que procuram legitimar, justificar tal participação, quanto denegar, deslegitimar o feminino na inserção política. Ambos construídos por formulações que acionam imagens, símbolos e valores que se referem, respectivamente, às propriedades “positivas” e “universais” da condição feminina de ser – “simpatia”, “beleza”, “amor”, “sensibilidade”, “organização”, entre outras. – ou as condições sociais as que eram submetidas – “submissão”, “inexperiência”, “fragilidade”, etc. (BARREIRA, 1998). Por isso as conquistas significativas e gradativas ocorridas são marcadas por formulações que sinalizam a entrada de “mulheres vitoriosas” no espaço da política. Afirmações como “a primeira mulher a conquistar o direito

ao voto”, “a primeira vereadora, ou governadora ou prefeita a ser eleita pelo voto popular” não só ritualizam suas inserções no cenário político (BARREIRA, idem), assim como sinalizam a “capacidade” das mulheres a romperem fronteiras político-sociais, em reação aos preconceitos enraizados historicamente, que procuram associar de forma negativa “mulher” e “política”.

Essas indicações são apresentadas, por exemplo, nos discursos da campanha eleitoral em 2008 na cidade de Itabaiana, localizada no agreste sergipano, a 57 km da capital. Nesse confronto eleitoral, apresentavam-se como candidatos à prefeitura do município dois grupos, liderados, de um lado, por duas mulheres e, no outro lado, um homem – o candidato a prefeito – e uma mulher – candidata à vice-prefeita. Nos dois grupos, apesar das diferenças partidárias e, assim, de posicionamentos ideológicos, a referência, em muitos momentos de campanha, à figura feminina como símbolo de “honestidade”, de “cuidado e zelo” pela cidade era recorrente. Procuravam ressaltar também características de “lealdade”, “sensibilidade” e “simpatia” como requisitos positivos das candidatas e dos futuros “trabalhos” que irão executar na prefeitura se eleitas. Em alguns casos, o candidato masculino de um dos lados enaltecia a escolha de sua candidata à vice-prefeitura porque ela era “sinal de simpatia e representava as mulheres trabalhadoras de Itabaiana”, em detrimento, sobretudo, à “competência” ou ao posicionamento político-ideológico, às “capacidades” administrativas de sua vice-prefeita, enfim, a qualquer outra característica que não tenha ligação direta com identificações de gênero. Assim, nas explicações e nas formas de legitimação das respectivas candidaturas dos dois grupos, são acionados estrategicamente, sobretudo, características e requisitos como próprios do feminino, sobrepondo-se, em muitos casos, aos programas e ideais definidores desses grupos distintos.

A análise sobre a participação feminina na “política” é objeto também de matérias jornalísticas. O jornal *Cinform* apresentou em Agosto de 2008 um suplemento especial sobre a história do legislativo em Sergipe e a atuação dos 24 deputados que compõem a Assembléia Legislativa do Estado. Dentre a coletânea de textos e informações, encontramos uma seção cujo título era “*A participação da mulher no Legislativo de Sergipe*”, na qual abordou algumas considerações históricas sobre tal participação e alguns comentários de deputadas e de um deputado a respeito da participação feminina nessa casa. A deputada Suzana Azevedo (PSC) ressaltou, segundo a matéria, que a aprovação de importantes projetos na área social foram promovidos pelas deputadas e que elas são mais “austeras”, “comprometidas” e “econômicas”. A deputada Conceição Vieira (PT) pontuou as cobranças e as exigências da

atuação feminina, vistas por ela, de forma mais intensa e acentuada em relação à masculina. O deputado Francisco Gualberto (PT) afirmou que a pouca presença feminina na Assembléia é resultado de “um processo histórico” que regula a entrada das mulheres nesse espaço. É interessante observar, assim, nesses comentários a referência às “qualidades das mulheres” e suas positivas atuações políticas, que, nesse caso, dependem menos de instâncias partidárias e ideológicas do que de identificações de gênero; das exigências sofridas por essas mulheres em seus mandatos e candidaturas e dos aspectos sociais que definem e regulam a participação das mulheres no processo político-partidário. São indicações que pontuam e sinalizam, muitas vezes, discussões, análises, questionamentos sobre a emergência feminina na esfera política.

Dessa maneira, o ponto de partida da pesquisa, como problema analítico, são algumas observações anteriores, citadas acima, e, principalmente, indicações de trabalhos sobre o processo de participação política mediado pela análise das condições e recursos sociais postos em pauta (CORADINI, 2002, 2007; OLIVEIRA, 2008, SEIDL, 2008a, 2008b); sobre as práticas cotidianas de viver e pensar a “política” (BEZERRA, 1999; KUSCHNIR 2000), assim como, sobre modalidades postas em prática na apresentação e legitimação de candidaturas no período eleitoral (BARREIRA, 1998; CORADINI, 2001) e formas de participação política nesse período (PALMEIRA & GOLDMAN, 1996), que apontam, sobretudo, o fato de a principal forma de legitimar posições ocupadas dentro do campo político ou pretensões à ocupação em tais cargos é a referência a algum tipo de “competência”, a algum trunfo julgado por agentes específicos como sinal de credenciais à inserção ou ao deslocamento na política, dentre os quais se destacam a condição prévia de “líder”, a obtenção de titulações escolares e/ou profissionais, características pessoais e naturais – cor, idade, gênero – condições sócio-econômicas, enfim, alguma forma de apresentação de si que lhes possibilitem notoriedade entre seus pares.

Vale dizer, a esfera da política figura como espaço de lutas no qual atuam forças sociais e culturais acionadas por atores sociais que visam produzir esquemas, programas, comentários, análises, ou seja, instrumentos simbólicos que não só pretendem construir e reconstruir formas de classificações e concepções relacionadas a um universo social específico, como também constituir grupos que defendam essas definições e que procurem novas adesões e estratégias de atuação, cuja eficácia é definida pelo conhecimento que esses agentes possuem a cerca da realidade social na qual estão inseridos e pelo acúmulo reconhecido de experiências e saberes considerados específicos à entrada e ao deslocamento no cenário político (BOURDIEU, 1989a, 1996).

Este estudo teve a intenção, assim, de apreender as especificidades e o peso da participação das mulheres na política, tornadas óbvias e qualitativamente “superiores” à participação masculina pelos comentários, discursos de campanha, análises de diversos níveis e caráter; e questionar o que, de fato, representam tais participações no cenário político-social no qual se apresentam. Além desses aspectos, procurou ressaltar o interesse no estudo das formas de seleção, recrutamento regional e formação de elites políticas, uma agenda de pesquisa em ascensão nas Ciências Sociais no Brasil.

Se a análise aqui desenvolvida é construída a partir do ponto de vista de tais agentes, isto não quer dizer que ela esteja circunscrita apenas ao âmbito do gabinete. As dimensões sociológicas privilegiadas para a investigação são os diversos planos de ação em que as atividades são construídas, como a relação entre a instituição partidária, os princípios do mandato parlamentar, o contato com as bases eleitorais e as atividades rotineiras do gabinete. Além disso, pretendeu-se compreender essas atividades como possibilidades e estratégias de reconversão em recursos eleitorais. Foi no contexto dessa rede de relações que as atividades e as concepções dos agentes tornaram-se inteligíveis.

Nesses termos, procuramos investigar, num primeiro momento, as propriedades sociais das seis mulheres parlamentares presentes nesta última legislatura (17^a – 2011 a 2015), concentrando-se mais detidamente no exercício cotidiano das atividades políticas da deputada Goretti Reis (Partido Democratas), cuja assessoria direta é composta por quatro (4) assessores que dividem a organização e o funcionamento de seu gabinete no prédio da Assembleia Legislativa. Além dessa equipe, encontram-se *pessoas de confiança* da deputada em Lagarto – município de Sergipe no centro-sul considerado sua *base eleitoral* –, na casa de apoio Artur Reis, onde se desenvolvem cursos profissionalizantes de pequeno porte (artesanato, corte e costura, beleza e estética) e uma consultoria jurídica para a população de baixa renda. O universo político que tais atividades se desenvolvem foi um lugar sociológico privilegiado devido a algumas particularidades observadas em relação ao ingresso na esfera político-partidária, à constituição do capital político e à posição política notadamente assumida dentro da Casa. Observaram-se, nesse caso, não só seu posicionamento de esquerda ao governo do estado, como também a presença constante em suas atividades cotidianas de indicações legislativas para a cidade de origem da deputada (município de Lagarto). Além disso, a posse de um capital político fundado na herança familiar de participação política nas três esferas do poder, considerada decisiva para entrada nesse universo, tido inicialmente pela parlamentar como um espaço onde as formas de atuação eram mais legítimas aos homens.

Como desdobramento dessas questões gerais, a investigação visou responder aos seguintes questionamentos:

- Quais as correlações entre condicionantes culturais e sociais, trajetórias e formas de inserção política;
- Quais as principais ações cotidianas ligadas ao exercício parlamentar;
- Quais os símbolos, imagens e representações acionados em distintos momentos e, principalmente, em torno da identificação de gênero na participação cotidiana.

Dessa maneira, pretendemos ultrapassar as formulações pré-construídas no propósito de uma análise sobre a participação das mulheres na política. A idéia é tratar essas pré-construções como aspectos que apontam para discussões e investigações mais profundas. As alusões ao poder feminino no presente estudo não foram marcadas por posturas valorativas e normativas que não só buscam enaltecer desempenhos femininos como potencialmente positivos e modificadores de espaços institucionalizados da política pela simples referência às indicações de gênero, mas também, por tratarem essa participação numericamente inferior como resultado mecânico de fatores históricos e sociais que impõem barreiras e julgaram o papel da mulher como relativo apenas ao domínio doméstico. Por outro lado, procuramos evitar definições de “mulher”, de “feminino” como relativas a uma unidade social, constituída de aspectos universais, semelhantes a qualquer indivíduo identificado nessa condição. Procuramos, assim, as identificações de gênero na participação política desses atores como expressão plural, resultado de diversos fatores sociais e culturais. Nesse sentido, pretendemos apreender as diversas experiências de constituição de um capital político elaborado, sobretudo, através de diversas inserções e condicionantes sócio-culturais presentes em suas respectivas trajetórias.

A participação feminina nos cargos executivos e legislativos nos 75 municípios que compõem o Estado de Sergipe é pequena se comparada ao número de políticos do gênero masculino. Na esfera parlamentar, temos 76% dos municípios em que há pelo menos uma vereadora. A distribuição dos parlamentares por gênero predominante em 92% dos municípios cuja organização legislativa é composta por 9 cadeiras é de oito homens e uma mulher. Nesse âmbito, apenas os municípios de Laranjeiras e Rosário do Catete apresentam uma distribuição quase paritária, pois a distribuição é cinco homens e quatro mulheres, respectivamente. Nos seis municípios mais populosos (8%), onde a organização é igual a dez cadeiras ou mais, a situação também se repete. Em Estância, Lagarto e São Cristóvão, a

presença masculina é unânime em suas dez cadeiras respectivas. Em Itabaiana, temos uma mulher contra nove homens. Em Nossa Senhora do Socorro, temos duas mulheres para dez homens. Em Aracaju, temos quatro mulheres contra quinze homens. Nesse sentido, observa-se que há uma reiteração do quadro parlamentar nos municípios de Sergipe, ou seja, mesmo em uma participação desigual, as vereadoras estão presentes em boa parte dos municípios, numa distribuição pulverizada, sem existir uma concentração em algum município. Nos cargos executivos, temos apenas 13 municípios (17,3%) administrados por mulheres contra 62 (82,6%) por homens. Na Assembleia Legislativa de Sergipe, a situação também é reiterada, pois dos 24 lugares, apenas quatro cadeiras são ocupadas por deputadas, como se verifica na tabela abaixo:

Tabela 01: Distribuição parlamentar por gênero em Sergipe (Vereadores)

Organização legislativa	Homens	Mulheres	Municípios
9 cadeiras (92%)	9	0	15
	8	1	26
	7	2	16
	6	3	10
	5	4	2
≥10 cadeiras (8%)	15	4	Aracaju
	10	0	Estância
	9	1	Itabaiana
	10	0	Lagarto
	10	2	N ^a S ^a Socorro
	10	0	São Cristóvão

Fonte: TRE - SE

No entanto, essa baixa proporção feminina não pode ser explicada apenas pela baixa quantidade de mulheres candidatas, como muitos podem apontar como causa dessa distribuição por gênero. Em muitos municípios a candidatura parlamentar feminina é expressiva. Em Aracaju, por exemplo, tivemos na última eleição municipal (2008) 53 candidatas contra 181 candidatos, sendo que apenas quatro foram eleitas. Em Amparo de São Francisco, nesse mesmo período eleitoral, quatro mulheres se candidataram à Câmara, mas

apenas três se elegeram. Observa-se que em todos os municípios tiveram a candidatura de mulheres para as respectivas Casas legislativas, mas o número que obteve vitória é sempre muito abaixo da metade do total de candidatas. Dessa maneira, enveredar por um estudo sobre a participação feminina na política partidária em Sergipe não é somente destacar essa inexpressiva quantidade, mas principalmente, obter as formas, os interesses, os códigos acionados e a simbologia presente nessas mulheres em suas atuações políticas.

Isso vale dizer, que a pouca participação feminina não pode ser explicada por questões de gêneros, mas também pelo jogo político no cenário eleitoral em que se lançaram como candidatas, suas respectivas trajetórias e a formação do capital político, as formas de apresentação de si, a força de seu partido no município, o apoio político do governo estadual e ou municipal para a coligação da qual faz parte, os recursos financeiros disponíveis nas candidaturas, enfim, uma gama de elementos que se inter-relacionam na explicação do sucesso ou não de uma candidatura política. Por isso, ultrapassar formulações prévias sobre o pouco sucesso feminino em eleições é uma maneira aqui encontrada para perceber as reais causas para a entrada e as diversas formas de participação. Buscar as explicações para a formação de seus respectivos capitais políticos acionados em situações específicas é uma saída para entender essa *simbologia feminina*.

Para tanto, recorreremos à tradição de estudos em Antropologia Social, sobretudo, para a construção da análise do modo como os indivíduos que participam do exercício das atividades do gabinete concebem suas práticas. Mais especificamente, esta análise tem como referência a perspectiva de estudo de Antropologia da Política, uma agenda de pesquisa que tem seu desenvolvimento recente marcado não só pelo modo de construção de problemas, mas também pelo seu instrumental teórico ser aplicado às análises sobre a política tal como definida por diferentes grupos e sociedades, ou seja, a “política” que os agentes dizem praticar ou acreditam como praticadas por outros¹.

¹ O interesse de antropólogos por fenômenos do universo da política, como se sabe, não é recente. Já nas décadas de 30 e 40, consolidaram-se estudos antropológicos sobre os modos de organização social das sociedades africanas. Esses trabalhos denominados Antropologia Política questionavam as visões etnocêntricas de vários estudos sobre a questão do poder ser visto como uma esfera exclusiva do Estado. A grande contribuição, dessa maneira, foi deslocar esta esfera tradicional do poder para o espaço de um ‘sistema político’ estabelecido por várias instituições, ou seja, na ausência formal do Estado na organização social, buscavam-se as funções políticas desempenhadas por outras instituições, especialmente, pelas relações de parentesco, étnicas e religiosas. No entanto, vários estudos posteriores criticaram este recentramento do poder em instituições sociais e esta postura sistêmica de conduzir as análises sobre a organização política. Peirano enfatiza que essa “perspectiva vem sendo duramente questionada por sua imersão na ideologia moderna” da fragmentação, da divisão do trabalho. Para essa discussão ver, especialmente, Palmeira e Goldman (1996), Peirano (1997) e Kuschnir e Carneiro (1999).

Essa análise antropológica do universo da política tem uma perspectiva fundamentada, sobretudo, em três caracteres diferentes. Em primeiro lugar, procura-se uma abordagem positiva, levando em consideração as práticas classificatórias dos indivíduos, o que eles consideram e identificam como atividades políticas. Nesse sentido, não se tem, a priori, temas exclusivos e nem atitudes que não possam ser pensadas e vividas como próprias da política. Assim, em segundo lugar, são introduzidas nessas análises diversas dimensões analíticas como redes sociais, família, vida comunitária, trajetórias de vida, atividades cotidianas, representação, cultura parlamentar, etc. Por último, tentam-se captar processos considerados como microsociológicos, referentes a situações e atores particulares. Dessa forma, as informações obtidas são sempre de caráter etnográfico e remetem a um contexto específico no qual protagonistas específicos atuam de acordo com suas representações sociais. Tal procedimento não consiste apenas numa simples contextualização de procedimentos e atividades particulares, mas também permite perceber como os atores sociais pensam e vivem o sistema político tido como formal, definido pelos padrões ocidentais modernos².

Neste sentido, este trabalho está organizado de modo que se torna possível acompanhar o percurso etnográfico que foi estabelecido na dinâmica de pesquisa. O primeiro capítulo é dedicado à exposição das variáveis sociodemográficas (idade, sexo, profissão dos pais, percurso escolar e profissão), de socialização e participação políticas dos assessores e, principalmente, da parlamentar. No segundo capítulo, procuramos mostrar as atividades desenvolvidas pelos assessores, seus objetivos e importância para o mandato da deputada. No terceiro capítulo, finalmente, examinamos a concepção que a parlamentar, juntamente com sua equipe, possuem a respeito de suas atribuições e, sobretudo, de suas atuações em diferentes esferas, nas quais é percebida nitidamente a noção de representação política fundada na ideia de mediação, visto que há um esforço desses agentes na tradução de lógicas sociais e culturais pertencentes a distintos espaços de ação política. Dessa forma, procuramos elucidar as múltiplas dimensões que nos foram permitidas a observar em campo, ditas como ações que constituem o cotidiano dos diferentes espaços dentro do mandato parlamentar.

1. 2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Em relação à metodologia, basicamente utilizamos quatro procedimentos metodológicos como componentes do trabalho de campo e da fase de elaboração textual. Em primeiro lugar,

² Uma apresentação condensada das perspectivas de abordagem dos estudos antropológicos sobre fenômenos considerados como políticos está discutida, sobretudo, em Palmeira e Goldman (1996).

destacaram-se aqueles relativos à fase de exploração do campo, constituída, principalmente, pela observação direta. Procuramos observar as principais atividades desenvolvidas pelos assessores nos gabinetes e em outros espaços de atuação; a relação entre essas atividades e as possibilidades e as estratégias de apresentação de si, tendo por base a identificação de gênero; os usos sociais da noção de *mulher*, os discursos produzidos em torno dessa noção, o contexto em que são produzidos, os interlocutores presentes nessas enunciações. Por outro lado, procuramos “ultrapassar” o nível da observação das práticas rotineiras e apreender, à medida do avanço da pesquisa em campo e das possibilidades, os sentidos, os significados construídos por esses agentes em torno da participação política (WEBER, 2001; GEERTZ, 1973) que atuam como elemento de orientação de suas ações.

Em segundo lugar, teve o uso de entrevistas biográficas semi-dirigidas na tentativa de construção da trajetória de Goretti Reis, das condicionantes que fundamentam sua inserção política e suas ações dentro de seu mandato. Nas entrevistas com assessores, adotamos um roteiro prévio de questões que foi adaptado a cada situação concreta. Basicamente, buscamos investigar: a) os fatores responsáveis pelo envolvimento dos assessores com a parlamentar na “política”; b) as formas de apresentação de si e do mandato; c) as estratégias de ação adotadas na rotina das atividades; d) principais atividades e relações constituídas; e) o significado atribuído por eles à participação nas atividades e as expectativas que demonstram no que se refere aos investimentos que têm feito em suas participações. Dessa forma, buscou-se obter informações que o uso exclusivo da observação não conseguiu apreender e/ou organizar de forma sistemática; uma tentativa de reconstituir os elementos mais profundos, subjacentes à dinâmica de atividades que são fundamentais na reelaboração dos universos simbólicos constituídos em torno da participação das mulheres na política.

Em terceiro lugar, adotamos um princípio de reflexividade teórica (BOURDIEU, 2001) que se aplica tanto na construção das preocupações analíticas quanto na elaboração do objeto de pesquisa. Uma “reflexividade reflexa”³ baseada num uso reflexivo dos pressupostos da ciência social quanto às lógicas e mecanismos nos quais o espaço social é construído, um exercício de “perceber e controlar *no campo*, (...), os efeitos da estrutura social” na qual se realiza a pesquisa. Nesse sentido, aplicamos esse princípio de reflexividade em duas dimensões analíticas. Num primeiro plano, pensamos na relação de pesquisa em sua

³ Bourdieu (2001) destaca como princípio metodológico a tentativa de utilização do arcabouço teórico das ciências sociais, sobretudo, na própria construção da relação de pesquisa, esforçando-se “para fazer um uso reflexivo dos conhecimentos adquiridos da ciência social para controlar os efeitos da própria pesquisa e começar a interrogação já dominando os efeitos inevitáveis das perguntas”. (Idem, 2001).

generalidade, ou seja, evidenciamos a inter-relação entre as propriedades sociais do universo investigado e as do próprio pesquisador, através de uma auto-objetivação. Mais precisamente, uma sócioanálise voltada para a explicitação da posição social, das principais determinantes sociais e culturais presentes em nosso trajeto e que mantém certa relação com a pesquisa e, por último, de nossas percepções do mundo social determinadas por essa posição. Num segundo nível, explicitamos as estratégias utilizadas na proximidade com o meio estudado, ou seja, as formas de contato e de condução das entrevistas, propriamente ditas. Dessa forma, pensamos em estratégias de apresentação da pesquisa e do pesquisador, da constituição da rede de contatos – as formas de composição de informantes.

Como quarto tipo de procedimento metodológico, porém não menos importante, refere-se ao processo de produção do texto científico, mais especificamente, em relação ao meio de representar adequadamente a autoridade dos informantes. Nesse sentido, se nosso trabalho se legitima em parte na experiência concreta, através de uma troca intersubjetiva de significados e códigos culturais e sociais, procuramos reelaborar essa experiência através da expressão da negociação, das trocas entre uma multiplicidade de definições. Em outras palavras, buscamos construir um modelo de texto científico, fruto de uma imersão em uma situação específica, no qual estão expressas também as subjetividades dos entrevistados, em que não se tome a forma de um texto construído monologicamente (CLIFFORD, 1998: 44). Para tanto, lançamos mão do uso, sobretudo, de citações de depoimentos, no intuito de expressar a “voz” dos entrevistados no processo de pesquisa. A idéia é representar as múltiplas perspectivas que se entrelaçam no campo, ou seja, uma autoria “dispersa”, “polifônica” (CLIFFORD, 1998; CALDEIRA, 1988), na qual não se encontrem sobreposições de interpretações, mas participações equivalentes na construção do sentido do texto e da reconstituição do universo investigado.

1.3 - A “COZINHA” DA PESQUISA: APRESENTAÇÃO, ETAPAS E DIFICULDADES DA INVESTIGAÇÃO.

Consideramos o princípio de reflexividade teórica como uma premissa norteadora de todas as etapas de nossa investigação, desde a elaboração das questões analíticas até a produção textual. O caráter etnográfico desta investigação nos permite refletir sobre os recursos que possibilitam ao pesquisador adquirir um domínio dos códigos sociais encontrados no universo investigado, as estratégias que asseguram um desenvolvimento

satisfatório à execução do trabalho em campo e os efeitos que o campo de pesquisa exerce no pesquisador durante e após a presença. Procuramos, assim, explicitar as circunstâncias culturais e sociais implicadas na relação de pesquisa. A idéia é tentar controlar tanto quanto possível as “forças involuntárias” que atuam em qualquer investigação que tem um contato pessoal mais direto e amplo possível: as preconceções, os valores normativos, a familiaridade ou a distância do meio estudado, enfim, elementos que interagem na investigação que o pesquisador tenta dominá-los e incorporá-los na própria organização das questões de pesquisa. Nesse sentido, serão apresentadas nessa seção informações sobre a preparação e a realização de nossa prática científica, para que possamos formular juízos mais precisos sobre os limites e o alcance deste estudo.

1.3.1 - APRESENTAÇÃO E DIFICULDADES DA PESQUISA

As condições de contato inicial e negociação das entrevistas eram julgadas por nós como um momento de muitos entraves e tensões, porque pensávamos em um ambiente restrito, cujo acesso seria duramente filtrado, que poderíamos ser interpretados de maneira distinta de nossas “reais” intenções científicas de pesquisar e compreender aquele espaço. Provavelmente, essa visão é uma representação da esfera política partilhada por várias pessoas, em especial o acesso a suas instituições, prédios e serviços, como um mundo distante, constituído de segredos, de difícil entrada, cujo acesso é privilégio de “poucos”, no qual só participam “amigos” e “chegados” dos políticos. Essa imagem era reforçada quando apresentávamos nosso objeto de pesquisa a conhecidos e sempre ouvíamos comentários sobre dificuldades e desencorajamentos de realização da pesquisa, ou piadas sobre a nossa intenção em conseguir um emprego devido aos contatos que iríamos obter. No entanto, o primeiro contato nos revelou um ambiente um pouco diferente de nossas concepções. Fomos muito bem recebidos, não existiram dificuldades aparentes de acesso.

Julgamos oportuno, assim, estabelecer uma identidade social ao longo do estudo que pudesse identificar quem somos e de onde falamos, a fim de minimizar parte dos problemas em relação aos questionamentos sobre os objetivos de estudo, as desconfianças sobre o pesquisador e seus “verdadeiros” interesses de pesquisa. O status de estudante concludente de mestrado de Antropologia da UFS nos revelou um recurso valioso para o andamento dos trabalhos, pelo fato de ser uma instituição que possui visibilidade positiva em nosso estado.

Quanto à apresentação do tema e dos “objetivos” de pesquisa, destacamos nosso estudo como um trabalho de conclusão de curso, cuja discussão encaixava-se na área de atividades políticas. Nesse sentido, apresentamos nosso objetivo como uma forma de entender o as atividades desenvolvidas por mulheres na política partidária em Sergipe. Ao lado de tal apresentação dos objetivos da pesquisa, sempre ressalvávamos a necessidade e a importância desse estudo para a compreensão das pessoas sobre essas atividades, dado o menor conhecimento e o reconhecimento social e em algumas ocasiões, avaliações negativas a respeito desses trabalhos.

A presença física nos gabinetes constituiu o maior expediente utilizado no contato e apresentação iniciais. Essa forma de contato nos permitiu uma apresentação mais elaborada dos objetivos do trabalho, desde a apresentação da figura física do pesquisador, como a preocupação com a aparência, roupas adequadas ao ambiente, utilização de linguagem formal, até de mecanismos legítimos de apresentação, como o uso da tradicional carta de apresentação, redigida pelo orientador e o uso da carteira de identificação estudantil fornecida pela UFS para o aluno regularmente matriculado. A utilização dessas estratégias nos possibilitou a aquisição de créditos favorecendo as condições de negociação das entrevistas e da presença do pesquisador nos gabinetes. Após a fase inicial de negociação, adotamos o contato telefônico com alguns *amigos* da parlamentar e assessores que, por motivos de suas atividades, não encontrávamos com facilidade no gabinete. Procuramos, assim, adotar formas de apresentação mais coerentes possíveis com a situação inicial de negociação, de “desconfianças”, para que não fossem deixadas margens para possíveis descréditos das intenções puramente científicas de nosso “estar lá”.

Na primeira experiência de entrevista, procuramos adotar um expediente que nos favorecesse na constituição dos informantes. Procuramos, assim, visar um entrevistador-chave para se obter uma espécie de “licença”, de “passaporte” no contato com outros entrevistados. No gabinete, procuramos “ganhar” a confiança de um assessor de imprensa, cuja função é informar aos principais jornais do estado acerca das ações e, principalmente, as conquistas e destaques da deputada. Este contato foi primordial, pois nos possibilitou contato com outros assessores e a compreensão geral do funcionamento e principais atividades do mandato da parlamentar. Houve logo uma aproximação, porque se preparava para seleções de mestrado na área de jornalismo em diferentes instituições no país. Procurou-me para saber como é um mestrado, como foi a seleção, enfim curiosidades a respeito do que possivelmente iria enfrentar. Assim, vimos como um recurso fundamental à obtenção de confiança de nossas

pretensões. Procuramos ser solícitos nessas curiosidades, através até da revisão de seu projeto de mestrado, indicando-lhe algumas reformulações e acréscimos.

Buscamos estabelecer condições para uma relação propícia ao recolhimento de informações e à continuidade dos contatos. Nesse sentido, pedimos uma lista de assessores com seus respectivos telefones, identificados pelas secretárias a servir como informantes centrais ao estudo. À medida que eram realizados os contatos com esses protagonistas, outros nomes eram citados. Essas “ramificações” que eram estabelecidas organizaram uma parte fundamental das “conversas” a serem realizadas e orientaram a “real” dinâmica de pesquisa. A investigação foi estabelecida em parte sem uma excessiva preocupação linear das intervenções no campo. Seu percurso próprio foi definido pela rede de contatos e encontros que eram tecidos “naturalmente”, sem definições prévias da ordem das entrevistas e, assim, o roteiro adaptou-se a novas indicações, obstáculos, enfim, aos entraves específicos a cada situação específica.

No entanto, alguns pontos previamente estabelecidos na organização dos informantes foram mantidos e nos revelaram fundamentais na constituição da rede de contatos e na reunião de informações para definições dos caminhos a trilhar no campo. Dentre esses pontos, destacamos a decisão de começar a série de entrevistas pelo chefe de gabinete, julgadas por nós como uma pessoa que exerce grande influência na organização das atividades, nos processos de filtragem de acesso ao parlamentar, uma pessoa tida como o “braço direito” do político, visto sua posição na estrutura do quadro funcional. Assim, decidimos entrevistar o chefe de gabinete da parlamentar, situando-nos, entre outras características, como um estudante do curso de mestrado da UFS, avaliada por nós como uma condição favorável à situação de entrevista. Essas primeiras experiências de entrevista possibilitaram-nos iniciarmos de estratégias e mecanismos a serem adotados nas próximas situações. Procuramos, assim, sempre destacar, em boa medida, a entrevista com chefe de gabinete nas apresentações seguintes e novos pedidos de encontro.

1.3.2 - ENTREVISTADOR E ENTREVISTADOS: INTERAÇÕES DE PESQUISA

A preocupação em situar-nos socialmente, apresentando as condicionantes culturais e sociais presentes em nosso itinerário até o momento, constitui um procedimento metodológico partilhado nessa investigação. Sabemos das dificuldades de realização desse empreendimento.

Porém, este é necessário à tentativa de controle das “forças” sociais que circunscrevem a relação de pesquisa. Trata-se de utilizar o instrumental sociológico como próprio pressuposto na elaboração e execução da prática científica (BOURDIEU, 2001). Não podemos acreditar no fato de o pesquisador estar sobreposto ao espaço social. Temos que considerar, ao contrário, que ele é também um sujeito que está imerso em relações sociais, numa cultura particular e constrói sentidos, representações e imagens sobre os elementos culturais que partilha com os outros atores e que, de forma involuntária, interagem com o objeto de pesquisa. Por isso, tenta-se subordinar a prática científica ao questionamento contínuo em relação ao “enraizamento social do sociólogo” (BOURDIEU, CHAMBOREDON e PASSERON, 1997). Dessa forma, sob as indicações apresentadas por Seidl (2003) na análise do recrutamento de elites dirigentes no universo da Igreja Católica no Rio Grande do Sul, pretendeu-se destacar nossas propriedades sociais que entraram em contato na situação etnográfica com os membros dos gabinetes parlamentares, que, em alguns casos, constituíram como credenciais na entrada nesse universo.

O primeiro elemento que mereceu destaque é nossa relação com atividades político-partidárias. O nosso trajeto social foi construído pela socialização em um ambiente familiar marcado por diversas práticas habituais em épocas eleitorais. No ramo familiar materno, possuímos um tio que sempre exerceu cargos políticos, tanto no Legislativo – como vereador e presidente da Câmara Municipal -, quanto no Executivo – como secretário de gabinete do prefeito. Há alguns anos (2004) tentou ser prefeito de sua cidade, mas não obteve resultados satisfatórios e, na última eleição municipal, foi eleito vereador com uma expressiva quantidade de votos. Por conta disso, sempre participamos de comícios, caminhadas, carreatas, panfletagem, entrega de santinhos, visitas nas casas dos eleitores, enfim, atividades específicas do período eleitoral. Em suas campanhas, pudemos observar as estratégias de conquista de voto, de atendimento de pedidos das “pessoas”, da elaboração de pronunciamentos. Em algumas ocasiões, como festas, comemorações, visitas a sua casa, sempre víamos cabos eleitorais, eleitores, alguns políticos. Assim, sempre tivemos contato com elementos e símbolos presentes em campanhas eleitorais e aproximações com algumas pessoas que participam ativamente de mobilizações eleitorais.

Essas condições da trajetória de nossa vida e de certa familiaridade com uma parte dos elementos do universo político-partidário possibilitaram-nos uma aquisição de uma série de elementos constitutivos desse universo, entre as quais o uso de um vocabulário específico, de expressões, opiniões, silêncios em determinados momentos, enfim, dos códigos

considerados socialmente como credenciais de acesso a esses agentes, tanto no sentido de aproximá-los, quanto numa relação pessoal mais duradoura. Dessa forma, nossa situação específica em relação ao objeto de estudo representa, no entanto, um esforço maior ao distanciamento e ao estranhamento necessários à apreensão analítica das práticas e concepções desses agentes e, por outro lado, nos proporciona a obtenção satisfatória de recursos para a execução do trabalho em campo.

Além disso, cabe examinar a estrutura das situações de entrevista, as relações objetivas presentes na interação entre o pesquisador e seus informantes. Refletir sobre as distorções inscritas na própria relação de pesquisa (BOURDIEU, 2001). Assim, não apenas explicitar as propriedades sociais dos entrevistados, mas também as representações elaboradas por eles sobre as questões de pesquisa. Nesse sentido, as relações com os membros do gabinete e de outros assessores localizados em Lagarto variaram-se em relação à composição dos capitais apresentados por esses agentes. O fato de possuímos recursos sociais e culturais fundados basicamente num capital escolar acadêmico produziu algumas disparidades nas interações com os contatados, constituindo-se em alguns casos como fator de dificuldades na obtenção de respostas e informações.

Entre os indivíduos que apresentam maiores recursos escolares e culturais – no caso, alguns assessores e a parlamentar – não houve dificuldades significativas na estrutura das relações de entrevista. Eles sempre procuravam participar da pesquisa, sendo prestativos e sempre mostravam interesse em ajudar com informações sobre as atividades, dicas de aproximação e realização de entrevistas e procuravam convencer outros assessores a serem entrevistados. No pólo oposto, notadamente entre os indivíduos menos escolarizados, cujos recursos sociais eram fundados em suas origens, experiências escolares e em seus percursos sociais, percebemos algumas dificuldades na condução das entrevistas. Sempre que procurávamos contatá-los, existiam recusas, questionamentos sobre suas potenciais contribuições à pesquisa, classificando-as como “pequenas”, “desnecessárias”. Adotamos, assim, a estratégia de afastar qualquer elemento que faça referência a uma situação formal de entrevista, principalmente, o uso do gravador. Por outro lado, sempre insistíamos na idéia de uma conversa, de um depoimento sobre suas atividades, diferentemente do expediente utilizado no outro caso, no qual era válido destacar suas formações escolares e relacioná-las positivamente ao desenvolvimento eficaz das atividades.

Outro elemento que precisa ser apresentado, porém não menos importante, são os efeitos que a pesquisa exerce no pesquisador durante e após a presença em campo⁴. Não podemos esquecer que nessas interações existem trocas de concepções e significados entre o universo investigado e o pesquisador, que podem alterar, em níveis diferentes, nossas visões e convicções. Não temos como apresentar aqui de forma sistemática e segura, e se houve mesmo, as modificações provocadas pela presença do pesquisador no campo, mas com certeza possamos falar delas em relação ao nosso lado. O ponto que mais nos chama atenção nessa relação intersubjetiva é o efeito que o campo produziu em relação a nossas concepções de fazer política partidária, em relação às atividades de mandato. Tínhamos a imagem da dimensão de atendimento de necessidades particulares como a única forma de atuação desses indivíduos. Não percebíamos a preocupação, de alguma forma, dos políticos profissionais em atuar em benefício de demandas coletivas. Uma visão, em parte, partilhada pela maioria da população, que concebe esses profissionais como um mediador de recursos, de bens materiais, um facilitador ao acesso aos serviços públicos. Essa representação partilhada por nós é o resultado da socialização que tivemos em relação às atividades político-partidárias. Na qual era frequente o contato com pessoas que apresentavam seus interesses de voto pelo candidato que pudesse conseguir mais benefícios, principalmente, emprego. Dessa maneira, a nossa presença no campo, em contato direto com essas atividades, no processo de elaboração e execução permitiu-nos uma reflexão sobre nossas convicções a respeito da organização de um mandato, sobretudo, das atividades que constituem o gabinete. Nesse sentido, “o campo” provocou-nos transformações, que nos permitem afirmar que as fronteiras pensadas em relação aos universos simbólicos envolvidos no processo de pesquisa e, de certa forma, postas em práticas, não são totalmente rígidas, sem as possibilidades de serem redefinidas no processo prático da investigação.

⁴ Esta postura é influenciada por trabalhos que procuram evidenciar as trocas intersubjetivas postas em jogo através da relação de pesquisa (CLIFFORD, 1998; CALDEIRA, 1988 E SOUZA, 2007), sobretudo, pelo trabalho de Souza (2007) no qual ela apresenta suas experiências vividas durante a pesquisa sobre as práticas de devoção em relação à escrava Anastácia. Nesse trabalho, é colocado em evidência o confronto entre suas “convicções religiosas tradicionais, aprendidas numa formação católica, lapidada pela atuação como catequista, militante em pastorais e comunidades eclesiais de base, além de um período semi-interna num convento” (idem, 76) e as práticas religiosas nos terreiros de candomblé. A autora afirma que as relações racionalizadas “nos impedem de viver a experiência de forma mais intensa e, por vezes prazerosa, sem comprometer a qualidade final de trabalho” (idem, p. 90), pondo em xeque as afirmações normativas de distanciamento do “pesquisador” e o “objeto de pesquisa”, traduzindo-a na seguinte construção: “Eu no campo e o campo em mim”.

CAPÍTULO 01

RECURSOS SOCIOCULTURAIS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA: CREDENCIAIS E LEGITIMAÇÃO POLÍTICA

Toda estrutura política supõe regras variáveis, nas quais coexistem elementos considerados necessários para que os atores sociais desempenhem um papel dentro de um específico cenário político. São qualidades que incluem atributos naturais (gênero, idade e cor), ao lado de outros determinantes socioculturais, relativas à experiência política, à riqueza material, à titulação escolar. Em outras palavras, as possibilidades de um indivíduo participar ou não participar em atividades consideradas próprias da “política” – sindicatos, associações, partidos, cooperativas, ONGs, por exemplo - podem ser analisadas através de uma série de fatores sociais e culturais. Entre o interesse, a inclinação e a participação efetiva em algum movimento coletivo, em defesa de alguma “causa” entrelaçam-se diversos fatores que combinam condicionantes culturais e sociais (origem social, convívio familiar, socialização religiosa e política, trajetória social, “experiências” vividas) com conjunturas pessoais e históricas (contexto político, “eventualidades”, “dom”, “oportunidades”). Dessa maneira, a tentativa de reconstituição dessas propriedades sociais das seis parlamentares que atualmente ocupam a Casa Legislativa do Estado foi ponto de partida da observação realizada.

Observa-se que a faixa etária dessas mulheres parlamentares compreende um intervalo entre os 50 e pouco mais dos 60 anos (apenas um caso com 63 anos), como se verifica na tabela 01. Essa concentração não apenas nos mostra um envelhecimento de trajetórias marcadas por experiências em postos de comando de diversas naturezas – militância em associações (sindicato e filantropia), cargos no Executivo (chefe municipal, secretarias municipal e estadual) e no Legislativo (assessoria parlamentar estadual e legislatura municipal), mas também, permite-nos visualizar que suas primeiras participações em atividades de caráter de direção coincidem com o período entre os 20 e 30 anos (apenas dois casos com 38 anos), cujas ocupações predominam em suas respectivas áreas de formação profissional. Dessa maneira, podemos observar que essa fase atua como um dos momentos principais na formação do sentimento de competência e de segurança considerados necessários à notoriedade e legitimidade políticas, pois nessa fase os indivíduos através de suas experiências entram em contato com diversos espaços que tendem a orientar suas referências, suas marcas intelectuais que definem as respectivas trajetórias.

Tabela 01: Engajamento e participação política

DEPUTADAS	NASCIMENTO	CARGO POLÍTICO ANTERIOR	INFLUÊNCIA POLÍTICA
SUZANA AZEVEDO	17/05/1949	VEREADORA (ARACAJU) (1993-1994)	INFLUÊNCIA FAMILIAR
MARIA MENDONÇA	10/03/1954	ASSESSORA PARLAMENTAR (1987-1995)	INFLUÊNCIA FAMILIAR
DRA. ANGÉLICA	07/12/1954	PREFEITA (JAPOATÃ) (1992 – 1996)	INFLUÊNCIA FAMILIAR
ANA LÚCIA	11/08/1958	SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO (ARACAJU) (2000 – 2002)	MILITÂNCIA SINDICAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICO- PARTIDÁRIA
GORETTI REIS	01/12/1961	SECRETÁRIA DE SAÚDE (LAGARTO) (1997 – 2002)	INFLUÊNCIA FAMILIAR
CONCEIÇÃO VIEIRA	13/02/1961	VEREADORA (ARACAJU) 2005 - 2007	MILITÂNCIA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICO- PARTIDÁRIA

Fonte: TRE – SE e Assembleia Legislativa de Sergipe

Constata-se que o exercício anterior de atividades de direção caracteriza os itinerários sociais que podem explicar em parte o atual cargo político exercido por elas. Há, nesse sentido, uma convergência de fatores socioculturais e políticos que fundamentam em maior ou menor grau os sucessivos mandatos parlamentares em nível estadual. Assim, filha de pequenos agricultores rurais, minimamente escolarizados, na região agreste do estado de Sergipe (Itabaiana), após ocupar cargos de direção na área de educação (diretora de colégio público – 1981 a 1985 – e coordenadora administrativa na Secretaria de Estado da Educação – 1986) e assessora parlamentar de seu pai, o ex-deputado Francisco Teles de Mendonça (1987 a 1995), Maria Mendonça (PSB) assume a 13ª legislatura na condição de parlamentar eleita. Sua influência política é notadamente familiar, já que seu pai teve vários mandatos na Assembleia Legislativa em Sergipe e seu irmão mais velho, na Câmara Federal. Seu avô era pequeno comerciante de cereais em Várzea do Gama (povoado de Itabaiana – agreste sergipano). No povoado, tinha uma pequena propriedade e uma família numerosa com quatorze filhos. Logo cedo, o menino Francisco (pai da deputada), juntamente com os demais

irmãos, começou a trabalhar para ajudar os pais no sustento da família. Quando completou quatorze anos, resolveu procurar sua independência, saindo de casa para uma grande aventura em São Paulo. Lá trabalhou como agricultor durante três anos e a saudade de sua família o fez voltar para sua terra natal. Montou um estabelecimento comercial e ficou conhecido como *Chico da Bodega*, uma mercearia que vendia necessidades básicas e que lhe rendeu popularidade, pois esteve à frente por doze anos.

Depois de seu casamento, deixou a administração da bodega com a família e passou a negociar com gado, comprando e vendendo boiada, sendo fornecedor, durante oito anos, do Matadouro de Itabaiana. Obteve sucesso e, por isso, resolveu trocar o povoado pela cidade no ano de 1959. Em 1963, um assassinato de um deputado federal e um deputado estadual, pai e filho respectivamente, ocasionou uma falta de liderança no antigo partido UDN, visto que todos ficaram amedrontados como o crime político que ocorrera. Assim, devido à sua popularidade alcançada a partir de práticas assistencialistas, pois ajudava por conta própria a população carente da cidade, seu nome foi cotado para as eleições do legislativo estadual em 1966 pelo mesmo partido (UDN).

No entanto, o sucesso eleitoral não foi completamente obtido, já que após um ano e meio de seu mandato foi acusado de assassinato por crimes em Itabaiana. Passou cinco anos na penitenciária e nesse intervalo ocorreu a eleição municipal de 1970, na qual houve um pedido de registro de candidatura de qualquer pessoa em seu nome pelo extinto MDB. A campanha estabelecida por bilhetes escritos a seu punho e entregue por seu advogado às professoras e amigos da região obteve um resultado favorável e pôde estabelecer a força política de seu nome. Assim, não só construiu a fama de *coronel de Itabaiana*, de *dono da política de Itabaiana*, sucedendo-se na legislatura estadual (11ª e 12ª – de 1987 a 1995) por oito anos, tempo que sua filha foi sua assessora parlamentar, registrando ao todo três mandatos de deputado estadual, sem contar as inúmeras indicações vitoriosas para prefeito e vereadores no município, mas também, permite-lhe a construção de um capital político e social, conferindo-lhe notoriedade na região, passado para sua filha na ocasião de seu afastamento das atividades políticas, sob a chancela de herdeira de uma trajetória de uma força política.

Como também, Suzana Azevedo (PSC) assume a 13ª legislatura na condição de parlamentar eleita. Filha de magistrado na área trabalhista, em Aracaju, antes de uma formação na área de Direito, assume seu primeiro mandato no legislativo municipal aracajuano (1989), permanecendo na casa por dois mandatos (1989 e 1993) – durante os quais

conclui sua graduação (1987 – 1991). Como afirma, sua influência política registra-se na figura de seu pai, o ex-deputado federal e ex-conselheiro do Tribunal de Contas de Sergipe (TCE), Tertuliano Azevedo. Em 1957 foi graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Sergipe, precursora da Universidade Federal de Sergipe, após um quadriênio exercendo o cargo de inspetor do trabalho. Após a graduação, foi assistente jurídico e delegado do Trabalho em Sergipe (1961-1964), funções que exerceu cumulativamente com a de juiz do Tribunal Regional Eleitoral. Transferido para o Rio de Janeiro, trabalhou no Serviço de Fiscalização do Trabalho da Guanabara (1966-1968) e depois no Instituto Nacional de Previdência Social.

De volta ao seu estado natal, foi instrutor do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (1975-1976). Em 1978 foi eleito deputado federal pelo MDB e com o fim do bipartidarismo, no Governo João Figueiredo, ingressou no PP, discordando, porém, da incorporação deste partido ao PMDB ao final de 1981, permanecendo sem legenda e não disputando a reeleição. Com a posse de João Alves Filho no governo de Sergipe em 1983 ocupou cinco secretarias de estado até ser nomeado conselheiro do Tribunal de Contas em 1986, corte da qual foi presidente (1991-1992), tendo se aposentado no ano 2000. Assim, como conselheiro resolve lançar o nome de sua filha para o primeiro mandato de vereadora no município de Aracaju, que contabiliza sete mandatos sucessivos, sendo os dois primeiros no legislativo municipal, e o restante, no estadual.

Além destas, temos Ana Lúcia que assume a 15ª legislatura (2003), e mais dois sucessivos mandatos na mesma casa (2007 e 2011, respectivamente). Uma filha de comerciante, criada no seio familiar marcado por militância social e discussões políticas de esquerda, em Aracaju. Após uma trajetória profissional em docência secundária e universitária na rede pública, tornou-se uma liderança sindical de sua própria categoria. É notório em seu itinerário social e político o destaque de seu nome como liderança sindical do SINTESE, no qual esteve como presidente por dois mandatos (1992 e 1995). Isso demonstra um envelhecimento de concepções construídas em parte no seio familiar, pois seu pai apresentou uma militância social, como também, seu tio teve uma atuação destacada no meio jurídico do Estado. Foi procurador da República durante muitos anos, professor fundador da Faculdade de Direito e influenciou bastante a formação intelectual, por ter sido um grande estudioso não só da questão do Direito, mas também por outros ramos do conhecimento das ciências política e sociais.

Uma educação inclinada para o campo da esquerda progressista, do respeito aos indivíduos e do sonho de construir uma sociedade diferente, onde a exclusão social seja superada, como ela própria afirma, assegurou-lhe uma segurança para falar em público. Oriunda de uma família de classe média, estudou em escolas particulares da capital, em que desenvolve o gosto pela música e pela literatura, fato que seu irmão torna-se poeta reconhecido na esfera política e literária nos anos 60 – o poeta Mário Jorge. A expulsão de seu irmão do reconhecido colégio Atheneu Sergipense motivada por questões políticas no período ditatorial militar configura-se como um incentivo para o magistério.

Em 1970, ingressa no curso de Pedagogia na Universidade Federal de Sergipe, onde não só dirige o centro acadêmico de seu curso durante o regime militar, e também participa ativamente de projetos de extensão, como o projeto Rondon. Ingressa como estagiária em 1973 no SENAC (Serviço Social de Aprendizagem comercial) e, no mesmo ano, preenche um cadastro na Secretaria de Educação do Estado, sendo chamada para a cadeira de Sociologia da Educação, efetivada depois três anos (1976), por meio de concurso público. Em 1991, faz pós graduação pela Unicamp em sua área e um ano depois assume a presidência do sindicato dos professores (1992). A opção partidária de Ana Lúcia só se deu após 1979, durante o processo de redemocratização do país.

Nesse período, ela conheceu jovens professores que estavam ingressando na rede — Diomedes Silva, Ruy Belém, Varjão, entre outros que já possuíam uma opção política de esquerda como Gilnete Cardoso. Todos eles se juntaram e formaram um grupo de oposição à antiga Associação do Magistério (Apmese). Constituído de 20 pessoas, o grupo discutia que era necessário politizar e organizar os professores enquanto um segmento da classe trabalhadora. Em 1986, o grupo cria o Centro de Profissionais de Ensino de Sergipe (Ceps), que dava a condução política ao movimento dos educadores. No ano de 1990, após uma grande greve contra a suspensão dos salários dos professores, a Apmese se transforma em Sintese. Em 1992, Ana Lúcia concorre à presidência do sindicato e vence com 63.4% dos votos da capital e interior do Estado. Como ela afirma, para atender a uma necessidade do partido, saiu do Sintese e assumiu a Secretaria Municipal de Educação (2000 – 2002), mostrando no período em que esteve à frente da Semed toda a sua experiência no campo da sala de aula e da educação pública. Ana Lúcia aceitou ser candidata à deputada estadual por uma necessidade do agrupamento de professores do PT, que dirige o Sintese e que milita dentro do movimento sindical ligado a CUT.

Ao assumir esse novo desafio, como afirma, ela quis mostrar que o mandato de deputada deve ser exercido como um espaço político/educativo, em que não seja apenas uma representante da sociedade, mas que seja possível criar espaços democráticos para que os segmentos organizados da sociedade participem diretamente da condução do seu mandato. Segundo a deputada, a sua candidatura teve como eixos: a luta em defesa dos interesses da classe trabalhadora e a ampliação dos direitos sociais (saúde, transporte, moradia, cultura e escola pública de qualidade); a luta contra o projeto neoliberal e pela defesa da ampliação dos espaços democráticos e a luta contra todas as formas de exclusão social.

Essas indicações permitem afirmar que possuir um itinerário social, cujas principais passagens remetem a posições de direção, configura-se como uma credencial que justifica as posições políticas dessas mulheres e notabilizam-nas como detentoras de atributos considerados indispensáveis para o exercício de mandatos político-partidários. Observa-se (ver tabela 01) que essas experiências combinadas a fatores familiares, seja a herança de uma posição de destaque no jogo político, seja por influências intelectuais, na promoção de uma educação pautada pela discussão “progressista de esquerda”, permite-lhes uma noção de política fundada por elementos sociais e culturais que, em escalas diferentes, devem ser acionados oportunamente na legitimação de sua dupla função: parlamentar e mulher parlamentar. Como se existisse uma necessidade maior de fundamentar seus posicionamentos, suas ações e debates num cenário notadamente masculino, principalmente, em situações que são interpeladas pela sociedade civil, em eventos, comemorações, festividades públicas em que seus nomes se fazem presentes.

Assim, a deputada Angélica Guimarães, presidente da Casa, em seu exercício temporário como chefe do Executivo, devido ao afastamento por motivos pessoais do Governador Marcelo Déda em Julho de 2011, afirmou em Japoatã – cidade natal situada a 100km da capital na região do baixo São Francisco sergipano – durante a inauguração de obras de pavimentação de ruas e recapeamento asfáltico na sede do município seu percurso na vida pública:

“Comecei minha vida política em Japoatã, fui prefeita e estou no quarto mandato de deputada estadual e hoje chego ao Poder Executivo, sendo a quarta mulher a assumir o Governo de Sergipe. Isso nos orgulha bastante”.

(Dep. Angélica Guimarães (PSC), 07/08/2011)

Acionar sua experiência política, nesse caso, significa apresentar-se como uma figura de destaque, cuja trajetória foi marcada pela ascensão política, visto que foi prefeita no município e retorna como governadora em exercício que inaugura benefícios de infraestrutura na cidade (ver foto abaixo, na qual a governadora em exercício discursa aos munícipes as obras inauguradas em sua presença, num clima de festa e alegria apresentada por grande parte daqueles presentes). Assim, ser prefeita, vereadora (no caso



Foto: Marcos Rodrigues, Agência de Notícia de Sergipe (ASN)

de Suzana Azevedo – PSC – e Conceição Vieira – PT) ou secretária da saúde (Goretti Reis – DEM) contribui para a formação de uma competência exigida pelos próprios atores no jogo político-eleitoral. Uma forma mais legítima de justificar sua condição de mulher dentro ações vistas em grande como destinadas a um perfil masculino. Sendo assim, não é apenas um atestado de sua competência como político profissional, mas uma forma de apresentação de si, na qual seus percursos, acionados estrategicamente, asseguram-lhe confiança e distinção, que permitem a (re) produção de imagens como *pessoas* legítimas ao cargo.

Além disso, verifica-se que essas mulheres na maior parte são oriundas de cidades do interior (apenas as deputadas Ana Lúcia e Suzana são naturais de Aracaju, ver tabela 02). A mudança para a capital coincide com a necessidade de concluir os estudos secundaristas ou ingressar no ensino superior – em geral combinados. Neste momento, são encontrados condições e formas de convívio

Tabela 02: Propriedades sociais

DEPUTADAS	NATURALIDADE	ESCOLARIDADE	ESTADO CIVIL
ANA LUCIA	ARACAJU	SUPERIOR (PEDAGOGIA – UFS)	CASADA
MARIA MENDONÇA	ITABAIANA	SUPERIOR (PEDAGOGIA – UFS)	SOLTEIRA
CONCEIÇÃO VIEIRA	JAPARATUBA	SUPERIOR (GEOGRAFIA – UFS)	SOLTEIRA
DRA. ANGÉLICA	JAPOATÃ	SUPERIOR (MEDICINA - UFS)	CASADA
SUZANA AZEVEDO	ARACAJU	SUPERIOR (DIREITO – UNIT)	CASADA
GORETTI REIS	LAGARTO	SUPERIOR (ENFERMAGEM – UFS)	DIVORCIADA

Fonte: TRE – SE e Assembleia Legislativa de Sergipe

social fundamentais a uma socialização política, principalmente através de cargos de direção em suas respectivas áreas de formação superior. Tal formação dessas deputadas promove uma sociabilidade que lhes permite aglutinar recursos e atributos como sinais de notoriedade em seus respectivos campos profissionais. Assim, Ana Lúcia formada em Pedagogia pela UFS, na qual participa exaustivamente da militância estudantil e de projetos de extensão, defendendo e atualizando suas concepções de esquerda formadas inicialmente no seio familiar, é presidente de uma associação sindical de professores por dois mandatos que funciona como trampolim para sua visibilidade política e candidatura para o legislativo estadual.

Do mesmo modo, Goretti Reis (DEM), após sua mudança para a capital para concluir seus estudos, ingressa na faculdade de enfermagem pela UFS e decididamente assume cargos de direção em postos de saúde e maternidades em Aracaju, o que lhe assegura não só um capital social decisivo para sua notoriedade na *saúde*, como também indicação para a secretaria municipal de saúde em Lagarto em 1997, época em que seu irmão Jerônimo Reis assume o Executivo municipal e desconhecia de sua eficácia técnico-administrativa, visto que, como ela própria atesta, ele morava em Lagarto e não tinha conhecimento com profundidade de seu exercício como enfermeira. Nesse sentido, a socialização política ou a inclinação para a formação de atributos pessoais e ou profissionais como garantia de sucesso e de destaque em determinados espaços sócio-políticos é em grande medida definida a partir dos vínculos criados nesse período de graduação ou de exercício profissional, configurando-se como um importante elemento norteador para o exercício de suas atuais posições, obviamente combinado, em níveis diferentes, com a socialização e a herança familiares numa simbiose sociocultural convertidas em capital político.

Sendo assim, a posse de determinado curso superior possibilita-lhes não só a ocupação de cargos dirigentes ou “importantes” em suas trajetórias, mas também, a formação de um sentimento de competência. É a própria composição formal da titulação escolar desses indivíduos e os usos sócio-políticos nos respectivos universos que lhes conferiram “destaque” que configuram atributos considerados legítimos para pleitear vagas no cenário político estadual⁵. Essa constatação é apresentada, também, por Oliveira (2008) na análise da concepção da formação escolar dos dirigentes das organizações ambientalistas do Rio Grande do Sul que atuaram em contextos políticos diferentes. O valor de tal formação e exercício profissional para esses militantes, segundo o autor, reside na associação com a “realidade”, e sem tal aplicabilidade “os conhecimentos adquiridos (...) se reduzem a procedimentos técnicos e ao exercício de ocupações para ‘ganhar dinheiro’”. (op. cit, p. 9).

A constituição familiar é um aspecto também revelador da noção de política associada a essas mulheres parlamentares. Observa-se que há um predomínio do matrimônio entre elas (apenas Maria Mendonça e Conceição Vieira se declaram como solteira e Goretti Reis como divorciada, mas mantém relação estável com um parceiro, ver tabela 02). O desempenho político nesses casos não atrapalhou um projeto de vida mais pessoal, notadamente marcada por um casamento e pela maternidade, elementos mais coercitivos na figura feminina, na qual a imagem de mãe, em maior ou menor grau, ainda faz-se presente na sociedade e atua como

⁵ Para uma análise do uso instrumental da titulação superior como recurso de legitimação de posições e da ocupação de cargos políticos consultar o estudo de CORADINI (2002).

fator regulador de práticas sociais, principalmente, no exercício profissional, extradomiciliar. A conciliação desses dois papéis é revelador de noções que se disseminam na atualidade, em que o papel feminino na sociedade não se restringe apenas ao campo domiciliar. Seus filhos não apresentam ligação direta com a política profissional. Desempenham atividades fora de um domínio político-partidário, como os filhos de Angélica Guimarães, por exemplo, são profissionais na área da saúde, assim como sua mãe, médica obstetra que exerce em paralelo ações filantrópicas. Em alguns casos, no entanto, o desempenho duplo ocasiona algumas restrições como no caso de Ana Lúcia:

"Eu priorizei a primeira infância de cada um dos meus filhos. Só me dediquei integralmente à militância sindical e política depois que o meu filho mais novo entrou no ensino fundamental". (Dep. Ana Lúcia, caderno de campo)

Percebe-se que houve uma escolha, cujos critérios referem-se aos projetos pessoais e à carreira profissional, que nesse caso não permitiu uma anulação de um por parte do outro, houve uma sobreposição de tarefas. A entrada na vida político-partidária e os compromissos em torno dessa função podem anular em níveis dessemelhantes a participação familiar, como afirma a dep. Goretti Reis (DEM):

"Meus filhos às vezes me cobram sobre a minha continuidade ou não na vida política, pois alterou completamente minha vida. Gosto muito de ir à praia, andar na água, na areia da praia, conviver mais perto de meus filhos, mas os compromissos, a agenda de final de semana, as viagens interrompem essa convivência mais familiar."

(Dep. Goretti Reis, caderno de campo).

Nesses casos, a partilha dessa dupla função pode gerar algumas restrições, mas não as impediram de um desempenho maternal e político profissional. Por outro lado, poderá prejudicar a transferência do prestígio, da notoriedade constituída por essas mulheres parlamentares em parte por um capital familiar herdado. No caso da deputada Goretti Reis, por exemplo, seus três filhos não seguiram e não pretendem até o momento desempenhar uma função político-partidária, restringindo suas participações em períodos eleitorais, em algumas caminhadas, comícios, carreatas.

Dessa maneira, aglutinando múltiplos recursos sociais e culturais, as seis parlamentares acumulam um número expressivo de mandatos sucessivos. Observa-se que Suzana Azevedo (PSC) e Maria Mendonça (PSB) assumiram a partir da 13ª legislatura, em 1995, e Conceição Vieira (PT) está em seu segundo mandato,

Tabela 03: Participação política

DEPUTADAS	LEGISLATURAS	VOTAÇÃO (PLEITO – 2010)	PARTIDO
SUZANA AZEVEDO	(13ª, 14ª, 15ª, 16ª e 17ª)	29.995	PSC (SITUAÇÃO)
MARIA MENDONÇA	(13ª, 14ª, 15ª e 17ª)	32.937	PSB (SITUAÇÃO)
DRA. ANGÉLICA	(14ª, 15ª, 16ª e 17ª)	25.797	PSC (SITUAÇÃO)
ANA LÚCIA	(15ª, 16ª e 17ª)	20.000	PT (SITUAÇÃO)
GORETTI REIS	(15ª, 16ª e 17ª) ⁶	23.157	DEM (OPOSIÇÃO)
CONCEIÇÃO VIEIRA	² (16ª e 17ª)	27.378	PT (SITUAÇÃO)

Fonte: TRE – SE e Assembleia Legislativa de Sergipe

entrando apenas na 16ª legislatura (2007). Isso lhes permite um acúmulo de experiências na própria casa e a constituição de recursos que podem ser acionados em próximos pleitos, sob as noções de *competência, experiência, habilidade* como nos são apresentados por candidatos em épocas eleitorais. Não só apenas destacar o número de legislaturas, mas também, considerar as formas de participação, suas posições políticas dentro das respectivas formações legislativas, principalmente, na participação em comissões de trabalho, nas quais existem as discussões de projetos definidos por áreas⁷.

⁶ A deputada Goretti Reis participou de três legislaturas como indicado acima, sendo que as duas primeiras na condição de suplente (na 15ª assumiu um período de 6 meses e na 16ª assumiu um período de 2 anos) e na atual (17ª legislatura) assume na condição de parlamentar eleita.

⁷ Na Assembleia Legislativa de Sergipe nessa 17ª legislatura (2011/1) temos 15 comissões de trabalho assim estabelecidas: Comissão de Administração e Serviço Público, Comissão de Agricultura e Meio Ambiente,

Assim, a deputada Ana Lúcia (PT), notadamente marcada pela “bandeira da educação pública de qualidade”, torna-se presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, tendo como vice-presidente, Maria Mendonça (PSB), formada em Pedagogia, dirigiu escolas públicas em Itabaiana, exerceu cargos de coordenação administrativa no executivo estadual e municipal e é presidente da Comissão de Administração e Serviço Público. Suzana Azevedo (PSC), graduada em direito e filha de ex-conselheiro do Tribunal de Contas, assume pela segunda vez a vice-presidência da Comissão de Constituição e Justiça, sendo presidente da Comissão de Administração e Serviço Público na legislatura anterior e, atualmente, da Comissão de Legislação Participativa.

Além disso, temos a presença de duas mulheres na composição da mesa diretora do parlamento estadual. A deputada Angélica Guimarães (PSC) é presidente e Conceição Vieira (PT), 1ª secretária. Assim, não basta apenas assumir uma legislatura, mas principalmente se envolver em discussões e ocupar posições de destaque, atualizando suas trajetórias e inclinando-se dentro de espaços, cujas credencias de ingresso foram definidas a partir de suas experiências anteriores. Nesse sentido, o deslocamento no cenário político-partidário do qual participam é reflexo de um sentimento de competência que lhes permite construir e reconstruir seus capitais políticos, acima de atributos naturais, numa esfera definida também pela experiência e notoriedade de suas indicações e de suas ações.

Dessa maneira, percebe-se que as seis deputadas apresentam similitudes em suas carreiras como profissionais da política. A influência familiar como fator primordial para o ingresso em atividades político-partidárias, combinada, em muitos casos, por uma formação superior, que lhes permitiram a ocupação de cargos de direção em suas respectivas áreas de graduação configura como os principais elementos na constituição de seus respectivos capitais políticos. Além disso, a precocidade no envolvimento nesses cargos diretivos que impulsionaram suas visibilidades em suas regiões ou espaços de socialização profissional, como também, a ocupação anterior de algum cargo eletivo ou na burocracia do executivo estadual ou municipal que funcionaram como trampolim para as disputas sucessivas no parlamento estadual.

Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática, Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Defesa do Consumidor, Comissão de Economia, Finanças, Orçamento, e Tributação, Comissão de Educação, Cultura e Desporto, Comissão de Energia e Comunicações, Comissão de Ética e Decoro parlamentar, Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, Comissão de Legislação Participativa, Comissão de Obras Públicas, Desenvolvimento Urbano, Transporte e Turismo, Comissão de Redação Final, Comissão de Saúde, Higiene, Assistência e Previdência Social e Comissão de Segurança Pública.

Essas indicações também podem ser vistas em trabalhos que privilegiam a participação política a partir de itinerários socioculturais. O trabalho de Reis & Grill (2008) aborda a questão do engajamento político a partir das trajetórias de Tarso Genro, José Fogaça, Flávio Dino e Joaquim Haickel, políticos que desfrutam do reconhecimento como intelectuais nos seus cenários de atuação (Rio Grande do Sul e Maranhão) e que têm desempenhado cargos políticos ao longo das duas últimas décadas. Os autores consideram que seus itinerários são exemplos de padrões de engajamento político tido como “clássico”: são oriundos de “famílias de políticos”, com envolvimento em movimentos estudantis, com formação jurídica e com ingresso nas disputas partidárias e eleitorais ainda jovens. Eles são caracterizados, segundo os autores, por modalidades de intervenção política associadas ao domínio e ao uso da palavra escrita.

Esses “intelectuais”, como são reconhecidos nos estados nos quais atuam (“letrados”), intervêm em domínio público através do uso de diversos gêneros da palavra escrita: poesias, contos, ensaio, artigos jornalísticos, trabalhos acadêmicos, composições musicais, entre outros, que expressam tomadas de posição sobre diversas esferas sociais e temáticas (história, cultura e política) em diferentes concepções. Essa prática permite-lhes a inserção em meios diferenciados de socialização e sociabilidades, constituindo, dessa forma, um forte recurso de legitimação de suas participações políticas.

Os quatro itinerários analisados pelos autores refletem algumas invariâncias e contrastes entre si, assim como, comparados com processos de recrutamento de “elites políticas”. Em primeiro lugar, Reis & Grill (op. cit.) identificam o forte peso da herança familiar, a predominância na formação em direito e, sobretudo, a precocidade na entrada dos agentes na política e/ou o acúmulo de cargos públicos e/ou eletivos que lhes conferem um relativo nível de profissionalização política. Porém, algumas distinções são notáveis, destacam os autores. A primeira evidência diz respeito ao ingresso na carreira política, que se distingue por posições mais periféricas e eletivas no RS (Vereador no caso de Tarso Genro e deputado estadual no de José Fogaça), em contraposição a posições eletivas mais centrais ou por cargos públicos de nomeação no MA (Deputado Federal no Caso de Flávio Dino e no de Joaquim Haickel, oficial de gabinete do governador).

A segunda refere-se à obtenção da titulação universitária, sendo que, no caso do RS, a trajetória é marcada pela diversificação de instituições de ensino, em contraste com os políticos do Maranhão, marcada pela concentração da formação na UFMA. O terceiro ponto está relacionado às estratégias de afirmação no cenário político. No caso do RS, a maior

centralidade de vinculação com atividades desempenhadas pelos “irmãos Genro” e pelo exercício do magistério e pela exposição na mídia por José Fogaça. No caso MA, destaca-se o apoio político de facções notáveis nessa região.

Além disso, os autores ressaltam que a “militância” desses agentes em diferentes espaços sociais é marcada pela reformulação constante do repertório relativo às “lutas” e às “questões”, devido às configurações das formas legítimas de intervenção política que se afirmam em diferentes épocas e contextos sociais. Assim, por exemplo, como assinalam os autores, Tarso Genro passou de um debate acerca da “revolução socialista” para reflexões de redefinição de “valor democrático”, assim como, Flávio Dino que alterou sua ênfase das “questões” referentes à “classe trabalhadora” às prescrições sobre o “Estado”. Essas modificações de repertório são correlativas aos deslocamentos na hierarquia do espaço político. Assim, os autores revelam que a afirmação política desses agentes é notadamente marcada pela afirmação intelectual, ou seja, o reconhecimento adquirido no âmbito intelectual reforça a condição de “representante” dos “desfavorecidos”, um capital político fundado no domínio intelectual.

Nesse sentido, as aprendizagens conferidas pela militância, as experiências cotidianas em diversas atividades, as competências escolares constituem, entre outras formas, o “capital militante” desses indivíduos (MATONTI e POUPEAU, 2004). A relação entre capital escolar e as exigências técnicas, as quais são confrontadas pelos militantes, é destacada por esses autores através, sobretudo, da apresentação de um “diário” do jovem operário Pierre Simbert (idem, 2004).

Eles analisam as dificuldades desse jovem em aprender o ofício de delegado sindical, ou seja, as exigências específicas ao exercício de tal cargo confrontadas com as limitações de suas experiências. Foi necessário aprender a

“escrever um panfleto, a falar em público (...), etc.; mas sua escolarização prévia facilita também a aquisição das técnicas de redação e de elaboração de atas de reunião, (...) a assimilação de conhecimentos jurídicos durante os estágios de formação sindical, a elaboração de dossiês de defesa dos assalariados, a capacidade de argumentar contra a direção, etc” (MATONTI e POUPEAU, 2004)

Fica evidente, nesse caso, a relação necessária entre a formação escolar prévia e o exercício de atividades dentro do engajamento político, assim, os aprendizados se tornam

necessários, pois as regras de funcionamento do campo político podem, em parte, modificarem, mas as exigências técnicas são cada vez maiores (MATONTI e POUPEAU, 2004). Essa necessidade, portanto, de apropriação de recursos sociais através de trajetórias singulares dos indivíduos e da estrutura objetiva de distribuição dos capitais, é feita por meio do conhecimento e reconhecimento das regras de estruturação e funcionamento do campo político, em determinada época e contexto social, e, por outro lado, da tentativa de intervenção dessas regras, modificando-as em detrimento de interesses dos agentes dotados de representações sobre a realidade social, constituindo-se em grupos que tentam reproduzir suas visões perante outros grupos (BOURDIEU, 1996a e 1996b).

Esses trabalhos, apesar de relacionados a objetos de estudo diferentes, procuram conjugar as propriedades sociais dos indivíduos com suas formas de intervenção política, seja por uma atuação em associações, seja por uma militância partidária. Mas essa correlação não é mecânica. Todos os autores mencionados procuram destacar modalidades dentro dessa aparente uniformidade de atuação e de formas de legitimação de suas posições na “política”. Torna-se possível pelos diferentes procedimentos metodológicos que compõem esses trabalhos: entrevistas, aplicação de questionários, análises de materiais impressos (jornais, biografias, revistas), pela observação direta, enfim, um amplo recurso metodológico de pesquisa que não se limita aos usos tradicionais revelados pelas divisões acadêmicas.

A partir dessas indicações, para contemplarmos com mais acuidade essa análise de relações entre condicionantes socioculturais e inclinações e posições políticas como elemento primordial no estudo de elites políticas, destacaremos a trajetória, a atuação e as concepções de Goretti Reis (DEM). Motivados pela maior abertura que nos foi dado para investigação do cotidiano de ações, de sua trajetória de vida, da partilha mais direta de suas noções de engajamento e participação dentro do universo político-partidário em Sergipe. Além disso, notamos que dentre o grupo de mulheres parlamentares é a única que pertence a um partido e a um grupo político que se declara opositor ao atual governo estadual. Por isso, os nossos caminhos investigativos foram marcados pela busca de especificidades participativas na casa legislativa, as influências e os motivos diretos considerados por ela como decisivos em seu recrutamento político, suas principais ações dentro do que estamos como *simbologia do feminino*, na qual as dinâmicas subjetivas se entrelaçam com estruturas mais objetivas, independentes de vontades, concepções e inclinações mais pessoais. Dessa forma, procuramos, num primeiro momento, compreender sua trajetória, a fim de perceber quais os fatores que se entrelaçam na constituição de sua notoriedade e participação política. Nesse

momento, buscamos a síntese biográfica de seu pai, o ex-deputado e ex-prefeito de Lagarto, sua terra natal e definida como sua *base eleitoral*, Arthur Reis. Num segundo momento, tentamos compreender sua trajetória e suas principais ações políticas nesse seu primeiro mandato como parlamentar eleita, visto que nos anteriores esteve na condição de suplente, como também suas principais concepções e expectativas que atravessam suas práticas diárias, no universo político em que se insere e se constitui a partir de sua rede de relações sociais.

1. 1 - Arthur Reis: o homem do *sim sim, não não*.

Artur de Oliveira Reis nasceu no povoado Gavião em Lagarto no dia 28 de agosto de 1926. Na adolescência, morou no povoado Horta, onde conheceu e casou com Raimunda Oliveira. O casal que teve oito filhos foi morar no povoado Catita, onde trabalhou no plantio e na comercialização do fumo e na criação de gado.

“Eu, todos os dias, quando vejo um pequeno rebanho, me lembro daquele tempo que me agradou bastante, quando vejo uma boiada, me lembro perfeitamente de tudo isso.” (Artur Reis – diário de campo)

Para minimizar o sofrimento das famílias carentes de sua região, Artur Reis e Dona Raimunda faziam doações mensais de alimentos e roupas e também investiam na melhoria do povoado. Eles chegaram a financiar a construção de praças e de uma capela que leva o nome de Santa de devoção do casal Nossa Senhora Aparecida.

“Eu sempre fui um homem religioso foi isso que meus pais me ensinaram se você for na minha casa você iria ver uma ruma de Aparecida cada uma mais bonita do que a outra.” (Artur Reis – diário de campo)

O trabalho de Artur Reis pelo povoado Catita transformou o lugar, que anos mais tarde passou a ser um dos bairros mais prósperos de Lagarto chamado de Cidade Nova.

“O Cidade Nova hoje é um bairro privilegiado e foi fundado por ele. Por onde seu Artur passava deixava sempre um marco dele, um melhoramento viu?.” José Correia (amigo e ex-vereador – diário de campo)

Como fruto de trabalho árduo das ações humanitárias e do caráter honrado Artur Reis conquistou o respeito e a admiração dos lagartenses e passou a ser conhecido como Artur do gavião, o homem do sim, sim, não, não.

“Ele nasceu num povoado que é histórico. O povoado aqui pertinho da Cajazeira era o apelido, o nome. Daquilo o povo chamava de gavião e com ele nasce as origens dele. Veio de lá do gavião, um pássaro muito bonito. Seu Artur do gavião com certeza.” José Correia (amigo e ex-vereador – diário de campo)

Artur Reis nunca pensou em ser político, ele foi convencido pelo amigo e ex-governador Dionísio Machado para entrar na vida pública.

“Ai seu Dionísio já estava velhinho e um dia mandou me chamar. Zé Correia eu sei que você é muito ligado, muito amigo de Artur, eu queria que você convidasse ele para uma noite aqui na minha sala, na sala histórica de Dionísio Machado, para a gente lançar a candidatura dele, convencemos ele. Ele aceitou a ser candidato a deputado.” José Correia (amigo e ex-vereador – diário de campo)

Ele foi eleito a deputado estadual em 1979, durante o exercício do mandato no Palácio Fausto Cardoso, antiga sede do Poder Legislativo Estadual. Acabou tomando gosto pela política e aceitando um novo desafio: ser candidato a prefeito da sua terra natal. Foi contagiado pela política. Nos comícios, agitava a cidade com discursos inflamados contra os adversários, a figura do gavião passou a ser o seu símbolo.

“Nos momentos de política mesmo, dos comícios, as pessoas levavam gavião no braço, outros levavam em gaiolas. Então era forma de identificar que aquela campanha ali, aquela aglomeração significava que era aglomeração de Artur do gavião. É então isso aí ficou folclórico na cidade e fez uma tradição que até hoje ainda é conhecida como Artur do gavião.” Goretti Reis (filha e deputada estadual – diário de campo)

Em 1982, Artur foi eleito prefeito de Lagarto para um mandato de seis anos. Como administrador e experiente, investiu no desenvolvimento econômico do município. Priorizou a educação e a saúde, construiu ainda a barragem Dionísio Machado, inaugurada com grande festa e prestigiada por autoridades ilustres, como o então presidente do Brasil João Batista Figueiredo.

“A barragem muito bonita. Numa ocasião é uma barragem muito importantíssima. Eu levei a água para a agricultura e pro povo beber e pra tudo enfim.” (Artur Reis – diário de campo)

Em 1991, foi eleito mais uma vez deputado estadual. Na Assembleia Legislativa, exerceu ao todo quatro mandatos. Durante esse tempo, participou de várias comissões temáticas e foi eleito duas vezes como 4º secretário da mesa diretora. Praticamente todas as proposições apresentadas por Artur Reis foram em prol do povo de Lagarto.

“Um deputado extremamente preocupado com o seu município. Ser deputado é defender o Estado, mas para Artur Reis ser deputado é isso. É um ponto positivo e não negativo. Era defender o melhor para cidade de Lagarto. Uma melhor relação é do município com o governo do Estado. Um homem sério, calado, poucos discursos fez na Assembleia e todos eles voltados para o município de Lagarto.” Goretti Reis (filha e deputada estadual – diário de campo)

Em 2003, afastou-se da vida pública, mas deixou sucessores. Seguindo os passos do pai, o filho Jerônimo Reis passou a dedicar a vida política, para ele o pai é um exemplo de vida.

“Seriiedade, a honestidade , o companherismo é acho que são poucos que tem esse tipo de Artur Reis na política, você não encontra em nenhum momento em nenhum canto desse estado de Sergipe alguém que venha falar da dignidade do homem que quando diz sim,sim que quando diz não,não.” Jerônimo Reis (filho e ex- deputado estadual e ex-prefeito de Lagarto – diário de campo)

A deputada estadual Goretti Reis também herdou do pai o gosto pela política. Fiel aos seus ensinamentos, ela diz que se espelha no pai na condução do mandato pautado pela ética e honestidade.

“É uma pessoa assim que sempre soube disciplinar seus filhos pela ética, pela responsabilidade, pelo compromisso, pela solidariedade pelos outros e isso assim foi um fator muito presente no dia-dia com ele e com certeza isso foi muito gratificante. Como político tem um lado assim que eu valorizo muito é aquele político que o pessoal aqui em Lagarto o conhece como o sim, sim e o não, não. Não é uma pessoa assim escorregadia, não é aquela pessoa assim que não tinha um caráter de assumir o seu compromisso, sua responsabilidade. Então ele sempre foi um político respeitado pela forma dele ser, porque se ele estivesse como político ele estaria independente de qualquer situação. Goretti Reis (filha e deputada estadual – diário de campo)

“Um dos lagartenses mais abnegados que já nasceu na terra de Sílvio Romero e Laudelino Freire e eu digo isso com convicção com muita lealdade, um lagartense abnegado, progressista. José Correia (amigo e ex-vereador – diário de campo)

“Aprendi muito com ele e carrego a orientação dele não só eu mas todos os seus filhos e netos acompanha o que foi Artur Reis o que é Artur Reis.” Jerônimo Reis (filho e deputado federal)

“Eu tive muito entusiasmo em ser prefeito, em ser deputado porque eu ganhei e pude fazer alguma coisa pensando no Lagarto.” (Artur Reis – diário de campo)

Num tom emocionado e saudosista, todos esses depoimentos revelam a importância da figura política de Artur Reis na constituição de uma noção de política particular e concebida como positiva por amigos e filhos. Numa postura mais assistencialista, cria-se uma imagem de *bondade* e de *convicção* que lhe permite a adjetivação de *homem do sim sim, não não*, na qual a postura enraizada na tradição da palavra, no caráter, numa interação mais pessoal e direta, centraliza as referências políticas que seus dois filhos – Jerônimo Reis (ex-deputado federal e ex-prefeito de Lagarto) e Goretti Reis (deputada estadual) – procuraram ter como continuidade das ações de seu pai, constituindo-se, nesse caso, não apenas como uma

influência política, mas também como influência pessoal incorporada ao exercício político. Dessa maneira, precisando de um nome para manter a tradição da família no cenário político estadual, tenta convencer sua filha para o exercício de tal cargo, visto que sua imagem tornou-se positiva dentro de Lagarto, evidenciada pelas ações como secretária de saúde do município na gestão de seu irmão Jerônimo Reis (1997 – 2001).

1.2 - Goretti Reis: a secretária de saúde que virou deputada

Nascida em 1961, Lourdes Goretti de Oliveira Reis, filha de agricultores e comerciante de fumo, passou sua infância no centro sul do estado de Sergipe, em Lagarto. Órfã de mãe aos cinco anos de idade, seu pai conduziu a educação de seus onze filhos com dificuldades e esforços para compensar a falta de sua mulher. Goretti teve uma infância cercada por brincadeiras e um convívio direto com seus irmãos. Costumavam brincar no rio Jacaré, localizado no povoado Cidade Nova, onde seu pai morou por um tempo antes de ir morar na sede do município. Nesse período, ela revela que tinha um sonho de tocar piano, gostava de ouvir música de orquestras sinfônicas e queria ser enfermeira. Afirmava que onde moraria iria ajudar as pessoas que não tivessem moradia, criando uma cooperativa que as auxiliaria. Essas referências podem ser atribuídas às ações assistencialistas de seu pai que ajudava as pessoas e o povoado que moravam, com campanhas de infraestrutura.

Aos treze anos de idade mudou-se para a capital para estudar e obter um pouco mais de liberdade, pois seu pai mantinha uma educação mais rígida. Assinala que seu pai incentivaram-nos muito para os estudos. Tanto que nessa época de mudança para a capital, alguns irmãos mais velhos já tinham saído para Aracaju nessa intenção e outro se encontrava em Salvador com o mesmo propósito. Estudou em colégio religioso na capital, continuando os ensinamentos cristãos recebido no seio familiar. A maternidade deu sinais precocemente, pois aos 16 anos, em 1977, tem seu primeiro filho, sucedendo mais dois filhos. Nesse período, mora na casa da sogra e divide com ela as dificuldades de ser mãe na adolescência, principalmente nos cuidados quando se ausentava para terminar os estudos. Dois anos depois, em 1979, por indicações pessoais, assume seu primeiro emprego na Secretaria de Estado de Educação, na função de assistente administrativo, um exercício paralelo à faculdade de enfermagem, um sonho de criança que se tornava realidade. Esse cargo ocupou até 1984, ano em que se gradua como enfermeira e assume na Secretaria de Saúde do Estado na função de enfermeira.

A partir desse período sua trajetória profissional é marcada pela ascensão em cargos de destaque e de direção. Em 1988, faz concurso público para vínculo municipal na Secretaria de Saúde de Aracaju, ficando assim com dois vínculos empregatícios, exercendo inicialmente as funções de enfermeira. Nesse período, o destaque reside na secretaria estadual da saúde. Em 1989, inicia treinamentos ministrados, principalmente, na capacitação de monitores para treinamento de pessoal para sala de vacina. Torna-se também instrutora em práticas multiplicadoras nas ações de assistência integral à saúde da mulher, contabilizando três turmas nesse período. Em 1991, exerce também a função de membro da comissão permanente de Processo Administrativo Disciplinar, atuando em conselhos, comissões e consultorias pela mesma secretaria.

Em 1992, assume a direção do Centro de Saúde Francisco Fonseca, localizado no município de Aracaju pela Secretaria Municipal de Saúde, fixando no cargo em um período de dois anos, no qual exerce treinamentos ministrados para a saúde da mulher e infantil, através do programa Crescimento e Desenvolvimento da Criança. Em 1994, pela mesma secretaria, assume a direção de serviços básicos de saúde devido a essas experiências de treinamento de formação profissional e após um ano nessa função assume a direção do Departamento de Saúde do município de Aracaju, até o ano de 1996.

Ao longo dessa época, com dois vínculos profissionais na burocracia do poder Executivo municipal e estadual, permite-lhe experiências profissionais importantes, principalmente, nos cargos de direção, mas também habilidades para lidar com pessoas, executar projetos, coordenar grupos e falar em público. Características pessoais que se tornarão mais adiante recursos e credenciais para seu recrutamento e ingresso na política. Um ajuste de sua formação de acadêmica em nível mais técnico e administrativo, não apenas se configurando como um exercício de atendimento de saúde específico ao profissional de saúde.

Nesse sentido, esse período atua como uma fase de aprendizagens e formação de um *capital militante* (MATONTI e POUPEAU, 2004), na qual se mostrar como habilitada para esses cargos não era apenas a apresentação de uma certificação escolar universitária, mas sim um exercício cotidiano de ajuste de informações técnicas relacionadas a um quadro de funcionários que coordenava e dirigia. Uma relação mais direta entre capital escolar e as exigências técnicas e humanas para o exercício dessas funções. Assim, em Lagarto, seu irmão Jerônimo Reis, é lançado candidato como sucessor do nome de seu pai, o ex-deputado Artur Reis. Por esse motivo, em 1996, divide os trabalhos nas secretarias com o atendimento de saúde para as mulheres no município onde seu irmão lança-se como candidato. Nessa época,

sua grande amiga e colega de profissão, a enfermeira Hélia Roque estreita os laços com Goretti Reis e vão juntas ao trabalho de atendimento na campanha de Jerônimo, fazendo exames e consultas gratuitamente pelos povoados, alcançando populações que apresentavam grandes dificuldades de locomoção e financeiras para o deslocamento até a sede do município para consultas e tratamentos de saúde. Com essas ações, seu nome torna-se referência para a ocupação da secretaria do município de Lagarto na gestão de seu irmão.

Em um tom saudosista e emocionado, Hélia Roque relata-nos esse período com fotos e com uma agenda pessoal de Goretti Reis, gentilmente cedida pela deputada como lembrança desse momento inesquecível para as duas, na qual continham os principais compromissos e ações da então secretária de saúde. Hélia Roque, 51 anos, natural de Salvador, filha de político e decoradora, minimamente escolarizados, gradua-se em enfermagem e exerce também vários cargos na área de saúde. Foi professora e coordenadora de cursos de enfermagem na capital, diretora de unidades de saúde, técnica de laboratório e supervisora de unidade de saúde em Aracaju, palestra e monitora cursos na área de saúde. Aceitou o convite de ir trabalhar inicialmente na campanha de Jerônimo Reis pelo gosto que sempre apresentou por *política*. Revela que seu interesse pela política começou com a militância estudantil, no grêmio da escola, quando *aprendi a discutir os erros da ditadura e onde tive a oportunidade de conhecer mestres que me fizeram conhecer a ditadura*, afirma. Foi politizada nesse período também por discussões implementadas nas extintas disciplinas de OSPB (Organização Social e Política do Brasil) e Educação Moral e Cívica. Foi militante do Partido Comunista do Brasil, em que afirma não uma inclinação ao comunismo, mas às discussões contra a ditadura militar no Brasil. Apanhou nas ruas da capital em passeatas e protestos nos anos de chumbo. Assinala que não teve tempo para se divertir e desfrutar de sua adolescência, pois estava na briga clandestina e sofria repressão política por esse envolvimento. Assim, sua trajetória foi marcada por uma inclinação mais de esquerda, na qual os debates e discussões em nome de uma igualdade e justiça centralizam suas ações e concepções. O vínculo com Goretti ocorre quando as duas trabalhavam na secretaria de saúde do município de Aracaju no final dos anos 80 e início dos anos 90. A aproximação não se deu apenas por relações estritamente profissionais, mas também, criou-se uma amizade, admiração e respeito pela pessoa de Goretti, que até hoje busca aprender ao lado dela, como ela própria atesta. Hélia Roque tentou sem sucesso alguns pleitos municipais em anos anteriores, confirmando suas inclinações políticas anteriores.

“Hoje tenho um sonho que é puder fazer leis para a melhoria do nosso povo pleiteando uma legislatura. Porém é difícil, pois não faço política do é dando que se recebe, por isso ainda não alcancei o êxito. Porém quem sabe se o nosso povo um dia vai se politizar e vai ver a política como direcionamento de valores de uma nação e se fará e formará uma grande estadista e não o bando que esta aí. Enfim, onde tiver luta, estive e estarei lá. (Hélia Roque – diário de campo).

Alcançar uma legislatura é um sonho que marca a carreira profissional e política dessa mulher, que identifica algumas práticas políticas assistencialistas como caminho mais fácil no sucesso eleitoral. Defender veementemente seus princípios políticos de forma mais legítima é um desejo que a inclinou para atividades na secretaria municipal de saúde de Lagarto, quando Goretti assumiu o cargo na gestão de seu irmão Jerônimo.

Elas relatam que esse período se constitui como um desafio técnico-administrativo, pois *não existia saúde em Lagarto*, como afirmam. A organização física da secretaria obrigou-lhes um dispêndio humano considerável, pois o esforço em organizar serviços burocráticos da secretaria exigiu-lhes primeiramente na designação de um espaço para sua instalação até então inexistente no município. A situação precária da saúde herdada obrigou-lhes a contratação de profissionais dessa área em caráter de urgência, pois não se conheciam esses serviços no município. Os atendimentos eram feitos nos postos e os casos mais graves encaminhados para a capital. A primeira ação descrita por Hélia Roque no município tomada por Goretti a frente da secretaria foi estabelecer uma base de dados para montar um diagnóstico da saúde da população, esclarecendo as reais necessidades, para ser montado um plano e um quantitativo de ação. A primeira iniciativa foi promover uma limpeza urbana, juntamente com uma conscientização sobre as causas e os efeitos da dengue executadas pelos poucos agentes de endemia do município, já que observou-se um grande surto que assolava a cidade nesse período. Outra providência foi montar uma farmácia básica de saúde, com ajuda de recursos estaduais, na qual medicamentos e vacinas foram designados à população necessitada desses serviços. Precisou, assim, de um contingente de uma equipe técnica para desenvolver essas ações. Devido a ineficiência desses profissionais no município, precisou montar uma equipe oriunda da capital, constituída por enfermeiros, auxiliares e agentes de endemia. Observa-se, nesse ponto, o capital de relações da então secretária, formado nos anos que ocupou cargos de direção em Aracaju e que aciona por uma causa política, mostrando competência e habilidade na coordenação dessas atividades. Nesse período, observa-se também em sua agenda viagens para buscar recursos e capacitação a fim de ampliar os

serviços municipais de saúde. Cria-se um laboratório de esquistossomose e de atendimento odontológico. Orgulham-se da atitude pioneira de introdução de serviços itinerantes para os povoados, através de unidades móveis no atendimento, promoção de exames e coleta de dados sobre a população rural, inexistente nos escassos arquivos da secretaria de governo.

Nessa fase, muda-se para um prédio no centro da cidade, onde permite uma acomodação melhor dos serviços burocráticos, laboratoriais e odontológicos. Em 1999, Goretti Reis faz uma viagem oficial para Cuba para se instruir sobre o incipiente PSF (Programa de Saúde da Família) a ser constituído na cidade. O desenvolvimento dessas ações permite uma partilha maior de funções e responsabilidades para o pequeno quadro de funcionários, antes em concentração em maior grau nas mãos de Goretti Reis. Nesse momento, o município possuía agente de endemias, vacinações, atenção básica de saúde, laboratórios de especificidades, saúde bucal, programa de nutrição infantil, centro de pediatria, e um centro de especialidade da mulher, 23 postos básicos de saúde, um posto 24 horas no principal povoado da cidade, Colônia Treze. Considera-se uma revolução na administração pública em termos de saúde, pois o município em sua gestão na secretaria tornou-se referência nacional em índices de desenvolvimento de ações nessa área. Foi a primeira cidade a implementar a municipalização da saúde – os recursos são diretamente destinados pelo Ministério da Saúde – como afirmam com veemência em diversas situações.

Nesse processo, a promoção de feiras de saúde, a inauguração de unidades de saúde, divulgação de campanhas de vacinação e de serviços específicos em feiras livres tornaram-se a rotina de Goretti, na qual é visível a configuração de uma notoriedade, fundada no esforço, na organização e promoção de ações vistas pelos mais necessitados como uma solidariedade, uma caridade. Não poderíamos afirmar, baseado em conversas e observações, uma pretensão notadamente assistencialista dessas atividades, como uma troca definida pelo jogo eleitoral, mas um empenho de uma equipe que se definia como os promotores de ações básicas garantidas por leis, mas que não foram estabelecidas com tanto afínco e dedicação. Hélia Roque relata-nos que sua vida era dentro de um carro, viajando para os povoados na distribuição de medicamentos e vacinas, coleta de dados e exames mais simples, numa tentativa de conscientização sobre os cuidados básicos de higiene e de saúde desconsiderados por grande parte da população. Definições nesses termos permitem-nos construir uma ideia de um exercício pleno de atividades, no qual as noções políticas se definiam em menor ou maior grau combinadas com uma sensibilização das necessidades reais de um serviço de saúde, negado em larga escala durante muito tempo.

Assim, seu nome foi fortemente indicado para o pleito de 2002 no legislativo estadual, sob a chancela de continuar o nome da família Reis nessa casa. Sua participação na 15ª legislatura foi apenas de seis meses como suplente de WalKer Carvalho (PFL), pois se encontrava nesse período licenciado para ocupar a secretaria estadual do trabalho, contabilizando nesse pleito 14.161 votos. Na 16ª legislatura, com 18.947 votos, assume na condição de suplente, mas com um exercício parlamentar de dois anos. Enfim, nesta atual legislatura (17ª) exerce o cargo de forma plena com 23.157 votos. Observa-se nesse caso uma progressão na quantidade absoluta dos votos, que pode ser explicado em parte pela atuação e divulgação de suas ações parlamentares e de sua trajetória político-profissional no cenário político-partidário no estado.

CAPÍTULO 02

COTIDIANO DAS ATIVIDADES PARLAMENTARES: A (RE) CONSTRUÇÃO DO NOME GORETTI REIS

As atividades parlamentares da deputada Goretti Reis centralizam-se em seu gabinete no prédio da Assembleia Legislativa e nas sessões na própria Casa, que acontecem de segunda a quinta. Para o exercício pleno dessas atividades, tornam-se necessárias viagens pelos municípios sergipanos e para outros Estados, em palestras, visitas, conferências de saúde e outros objetivos associados a seu mandato. Além disso, ações em seu nome são desenvolvidas no Espaço Progresso Artur Reis no município de Lagarto. Um espaço onde se desenvolvem cursos, atividades físicas, palestras, convenções partidárias e assessoria jurídica gratuita, atividades destinadas à população mais carente. Uma casa de apoio criada a fim de manter um elo mais estreito entre a deputada, que passa a semana na capital, e sua *base eleitoral*, na tentativa de se manter presente e atualizar uma rede de contatos, baseada na prestação de alguns serviços assistencialistas na promoção principalmente de seu nome.

Assim, essas esferas de atuação são espaços socioantropológicos privilegiados, considerados por nós, para compreender a dinâmica de atividades que atravessam e marcam seu cotidiano parlamentar. Além disso, compreender as formas de atuação, de apresentação de si, do jogo e interesses políticos que se constrói a partir dessas ações e os valores que se interpenetram com essas práticas. Uma tentativa de reconstituição do universo de atuação da deputada e as noções de representação política que se estabelecem e promovem sentido para os atores sociais que mantêm em diferentes níveis contatos e relações mais diretas com a parlamentar.

Todos os parlamentares têm direito a um gabinete parlamentar, seja na própria dependência da Casa ou em salas de outros prédios, alugadas por meio de recursos provenientes da própria Casa Legislativa. No caso de Sergipe, a Assembléia Legislativa disponibiliza em sua própria dependência física salas para a constituição dos gabinetes. Sua localização no centro da cidade de Aracaju permite-lhes uma localização estratégica, onde podem ter em poucos metros serviços indispensáveis e utilizados na rotina do trabalho dos assessores. O gabinete pesquisado apresenta uma estrutura física semelhante a um consultório médico. Possui uma sala que serve para recepcionar as pessoas, com mesas e cadeiras, computadores, mesinha de apoio para servir café, biscoito e água, jornais para entreter aqueles

que aguardam ser atendidos. As paredes são decoradas com fotos de campanha da própria parlamentar, cartazes de eventos culturais ou políticos. Existe outra divisória que divide a sala do chefe de gabinete. Assim, para chegar até a deputada, dependendo do solicitante e de seu interesse, é preciso, além de passar pela secretária que se encontra na sala de entrada, passar também pela sala do chefe de gabinete. Esses “simples” elementos de decoração ou de organização interna já traduzem os valores e os significados compartilhados por esse agentes.

Os turnos de trabalho dos assessores são fixados em relação às demandas diárias, mas dificilmente ultrapassam oito horas ininterruptas de trabalho. O ritmo também varia de acordo com os acontecimentos do dia e da agenda de compromissos da parlamentar. No gabinete geralmente há pessoas com diferentes interesses em suas visitas. É muito comum a presença de pessoas que buscam “ajuda”; outros estão para agradecer algum serviço prestado pelo político ou por seus assessores. Há também a presença de assessores de outros gabinetes. Esses assessores passam para tomar um cafezinho, conversar, “desestressar”, “focar”, pedir algumas coisas emprestadas, como grampos, pastas, canetas, enfim, materiais de trabalho que nos indica relações de proximidade e, em alguns casos, de amizade entre esses assessores de parlamentares diferentes. Existem pessoas que parecem manter uma amizade, uma proximidade com esses assessores que não foram estabelecidas por meio de “trabalhos políticos” – amigos de infância, vizinhos que “dificilmente se encontram por causa do trabalho”, parentes, entre outros – que passam simplesmente para “bater um papo”, “rever os amigos”. Assim, existe uma intensa movimentação de pessoas, telefonemas que torna difícil identificar subitamente seus “reais” motivos de suas visitas, quem é essas pessoas e quais as intensidades desses relacionamentos.

A rotina das atividades de gabinete desempenhadas pelos assessores pode ser organizada em três planos de ação: atividades administrativas, legislativas e “políticas”. Essa divisão não está claramente definida pelos assessores, nem por Goretti Reis. Eles executam diversas atividades que exigem formas de atuação específicas e que se entrelaçam rotineiramente, sem uma definição precisa de suas fronteiras. Eles sabem que precisam fazer determinadas atividades, mas não estabelecem claramente essas definições. Por isso, na tentativa de sistematizá-las, procuramos desenvolver essas categorias e definir quais as atividades compreendem, sempre a partir das práticas rotineiras desses personagens. Essa divisão é apontada também por Kuschnir (2000) em seu estudo sobre as interações entre os vereadores do Rio de Janeiro com eleitores, parlamentares, funcionários públicos e jornalistas.

As atividades administrativas envolvem procedimentos burocráticos, como organização de arquivos, pastas de documentos, jornais, digitação em geral, anotações de recados, organização e verificação das correspondências e e-mails, enfim, atividades ligadas à organização do gabinete em si, referentes aos papéis e aos documentos. As legislativas são compostas por atuações ligadas diretamente à execução e à elaboração dos atos legislativos – projetos, moções, requerimentos, indicações e ofícios – e do auxílio direto aos parlamentares no plenário, como organização dos papéis, dos discursos, das pessoas que precisam falar com o político, entre outros. Enfim, as atividades “políticas”, “comunitárias” – como eles próprios definem –, de contato direto com os eleitores nas comunidades ou no próprio gabinete. Esse tipo de atividade tem objetivo principal contatar os eleitores, buscando escutar suas reivindicações e de atendê-las quando possível. Além disso, encontramos atividades ligadas à comunicação de suas atuações, de eventos organizados pela parlamentar, participações em festas, seminários e discussões, sempre com o objetivo de comunicar à população os resultados do “trabalho de Goretti”.

Nesse sentido, há diferentes atividades de gabinete e que exigem também formas específicas de atuação. Avança-se, assim, na compreensão dos valores e das concepções a respeito de suas atuações e de questões mais gerais, como suas definições de “política” e de representação, ao se examinar o funcionamento da organização existente nesses gabinetes, os princípios de atuação e as estratégias de ação dos assessores e parlamentares envolvidos diuturnamente nessas atividades. Consiste na tarefa central dessa seção considerar mais detidamente como esses trabalhos são realizados, o tipo de preocupação e interesse desses personagens ao atendimento da população e para “levar” positivamente o nome da parlamentar para as comunidades/cidades que formam sua *base eleitoral*.

As atividades propriamente de gabinetes são compostas não só de atividades burocrático-administrativas, como também de recepção de pessoas que por diversos motivos aparecem todos os dias. Se não fossem a foto de Goretti na parede e outros adornos semelhantes, a estrutura física do gabinete e suas atividades seriam confundidas com um ambiente de consultório médico. As pessoas batem à porta, vão até a mesa da secretária, falam o motivo de estarem ali – agendar uma audiência com a deputada, levar algum documento que faltou no processo de resolução de seus casos ou pedir para conversar com Goretti naquele instante. Nesse momento, o trabalho da secretária é levantar o máximo possível de informações – nome, localidade de origem (bairro/cidade), ocupação (funcionário, estudante), solicitação e quem o indicou o gabinete – para que ela possa definir a

possibilidade do solicitante entrar na sala da parlamentar. Geralmente, essas perguntas são feitas na primeira vez que as pessoas vão até o gabinete. A recepção é fundamental para a imagem de Goretti, porque tenta equilibrar a ideia da proximidade sem obstáculos com a população e as reais possibilidades de atendimento, em que não pode ser demonstrado que a parlamentar não quer atendê-las, sobretudo, por não ser um eleitor ou ser um “viciado” em pedir, como eles próprios definem aquelas pessoas que vivem nos gabinetes sempre pedindo ajuda e prometendo votar na próxima eleição.

O que está em jogo nessa situação é, sobretudo, a concepção de que a parlamentar tem obrigação de atender a todos que o procuram. A percepção por parte do solicitante de que isto não se realiza pode, em último caso, fazer com que este a julgue negativamente como ineficiente, “metida” ou declare que não lhe dará seu voto em uma nova eleição. Busca-se, portanto, identificar previamente quem são as pessoas que o procuram e distingui-las daquelas “viciadas” em pedir. Para isso é preciso ter “jogo de cintura”, como nos declara uma secretária:

“A gente não sabe quem são as pessoas que realmente querem falar com Goretti. Se agente conhece a pessoa, se é amigo, se já vem muito aqui, tudo bem, não temos dificuldades em anunciar para a deputada. Mas, se o sujeito nunca veio aqui, se diz que quer falar com a deputada e não deixa claro seu interesse ou se desconfiarmos de seus dados, dizendo que é do interior e ele não sabe de nenhuma referência da cidade, procuramos logo despachar, sem que a pessoa perceba que não falamos com a deputada de sua solicitação. Geralmente, eu agendo para outro dia, se realmente aparecer no dia combinado é porque tem mais possibilidade de ser realmente uma pessoa que quer ajuda. É preciso ter muito jogo de cintura para poder saber distinguir essas pessoas, porque o mundo está cheio de aproveitadores.” (Mulher, 40 anos, graduada em Pedagogia e filha de mecânico e dona de casa).

Nesse caso, para conduzir os contatos é preciso ter certa lapidação, um aprendizado que procura identificar os “verdadeiros interesses” das pessoas em contatar os parlamentares. Uma “malícia” necessária para que não haja desconforto, aborrecimento das pessoas que os

procuram. Assim, o que está em destaque é a imagem dos parlamentares, em que é preciso atender às pessoas que os contatam, mas é preciso, por outro lado, “despachar” aqueles que fazem pedidos julgados “absurdos”, que se forem atendidos são pedidos mais outros. A idéia é tentar equilibrar a concepção de que cabe ao parlamentar atuar sempre em favor de seus representados, procurando escutar suas reivindicações e pedidos; e a possibilidade efetiva de resolver essas questões.

Observa-se que esses contatos pessoais são marcados por gestos de cortesia, de deferência e de atenção com as pessoas que chegam até o gabinete. A parlamentar, de certa forma, espera, entre outros aspectos, que seus assessores desempenhem essa função de modo que não comprometam sua imagem, que sejam “simpáticos” e que não aborreçam os solicitantes, mesmo nos casos que sejam percebidos as “verdadeiras” intenções dessas pessoas – pedirem coisas “absurdas”, dizendo que votaram e arranjaram *n* votos. Dessa maneira, o trabalho de recepção é regido, sobretudo, por princípios de etiqueta, definidos pelos próprios agentes, e que em muitos aspectos são iguais às formas de contato pessoal realizados em outras esferas sociais. Porém, são necessários certos cuidados e um aprendizado para que o serviço seja realizado com eficiência, para que o interlocutor não perceba, no caso de uma negativa, que estão sendo utilizados mecanismos para dissimular o desinteresse em atendê-los. Por isso, na escolha dos assessores que desempenham essa função observam-se algumas “características pessoais”, como simpatia, postura corporal, seriedade e experiências anteriores em serviços de atendimento ao público.

Dessa maneira, a secretária da deputada possui experiências no atendimento ao público. Filha de um mecânico e de uma dona de casa, com escolaridade mediana, tem 40 anos, graduada em Pedagogia (1996). Conhecia a irmã dentista da deputada, era sua paciente de muito tempo. Num evento de chá de panelas foi apresentada a Goretti Reis. Desempregada na época e com uma vasta experiência em atendimento e em trabalho de secretaria de escola, foi chamada para desempenhar a função de secretária. A aproximação com a irmã da deputada, a confiança no trabalho e como ela própria afirma *também por ter um perfil, tudo nessa vida tem que ter perfil* foram os principais fatores na contratação nesse novo emprego. Uma atividade diferente das desempenhadas anteriormente e principalmente por declarar que sua família é *apolítica*, pois o envolvimento máximo com atividades e códigos políticos era apenas o voto eleitoral nos pleitos obrigatórios. Sua família sempre a incentivou aos estudos, devido à formação secundarista de seus pais, tanto que alcançou um diploma universitário, como sinal de vitória e destaque na família, mas incentivos, políticos e partidários não fizeram

parte de sua socialização familiar, apenas nesse momento atual é que se torna seu exercício profissional. Além disso, observa-se que *ter perfil*, como afirma, é uma característica que se refere à confiança, experiência, descrição, fatores indispensáveis no espaço cujas regras de convívio envolvem interesses partidários, econômicos e de notoriedade, no qual qualquer deslize ou desvio na ação pode comprometer o nome da deputada dentro de uma rede de contatos.

Estas características são vistas como indispensáveis para a realização do trabalho de recepção, que consiste, sobretudo, em saber identificar e selecionar as pessoas que devem realmente ser atendidas, assim como, reunir previamente informações sobre essas demandas. Esse serviço é considerado uma função intermediária, porque quem estabelece realmente as condições e as possibilidades de atendimento é a própria parlamentar. Nesse sentido, existem diferenças de atenção às solicitações. Há um processo de seleção responsável pela separação dos pedidos que tenham condições de ser atendidos daqueles em que as condições de realizá-los são remotas.

Essas indicações coincidem com aquelas apontadas por Bezerra (1999) em relação à atuação dos parlamentares em Brasília dirigida para a liberação de recursos públicos federais para suas *bases eleitorais*. O autor destaca que os parlamentares definem critérios sobre o atendimento ou não dos *pleitos*. Existe uma hierarquização, segundo o autor, dos pleitos e, por conseguinte, dos laços sociais que se tecem em torno do atendimento desses pedidos. O julgamento da possibilidade ou não de atender as demandas depende do cruzamento de uma série de elementos: partido, região, votação, “honestidade” do solicitante, das condições efetivas do parlamentar de intervir em favor da demanda. Nesse sentido, a concepção de que o acesso aos parlamentares deve ser feito sem nenhum obstáculo, orientada sob a idéia da representação simbólica que não procura distinguir a população, é definida na prática pela seleção de demandas baseada em critérios que apontam para a preocupação dos parlamentares e assessores com o estabelecimento e manutenção de vínculos que possam gerar, em última instância, votos e notoriedade política.

No gabinete, procuram ter certo controle desses pedidos. Estes são organizados em fichários, pastas e em computadores, todos organizados pelo ano, pela natureza das demandas e, principalmente, pela realização ou não do atendimento. Esse último elemento é uma informação central para os assessores e parlamentar, porque lhes permitem elaborar um mapa das pessoas, grupos, instituições que obtiveram “ajuda”. Essas informações sistematizadas possibilitam-lhes manter um contato direto com os solicitantes, ou seja, a construção, sem a

necessidade de intervenções de terceiros, de pontos de contatos. O registro dessas solicitações deve ser visto, assim, como uma forma de objetivar as relações pessoais e políticas construídas entre Goretti e as pessoas/os grupos que os procuram. Além disso, é um meio de verificar quais demandas são recorrentes e que precisam de uma intervenção mais eficaz, através da proposição de projetos de lei e da execução por parte do Poder Executivo.

As atividades que consideramos como legislativas compõem as atuações voltadas para a elaboração de atos legislativos – moções, ofícios, requerimentos, proposições, projetos de lei e indicações. Nessa atuação, a parlamentar necessita do trabalho de assessores que estão diretamente ligados com a rotina de atividades na Casa legislativa. Esses assessores procuram orientá-la sobre os principais acontecimentos do dia e as discussões do plenário. Por isso, a leitura de jornais é considerada fundamental para essa atividade. É muito comum ver assessores lendo diversos tipos de jornais que abordam questões econômicas, políticas, sociais e culturais presentes em Sergipe e na esfera nacional. O acesso à internet, nos principais sites de informação, é também uma estratégia adotada por eles, como nos relata a assessora de comunicação e imprensa:

“É fundamental informarmos à deputada os acontecimentos do dia, tanto referente a Aracaju e Sergipe, quanto ao Brasil de forma geral. Ela precisa estar informada sobre questões políticas, econômicas, sociais e culturais para que possa se posicionar e debater sobre essas discussões no plenário, nos eventos e seminários que ela é convidada. Por outro lado, é interessante saber dessas discussões para podermos elaborar projetos e agir em favor das reais necessidades da população e dos acontecimentos, para que nosso mandato não seja marcado por discussões e proposições sem sentido, sem conexão com as necessidades políticas.” (Mulher, 46 anos, graduada em Comunicação Social, habilitada em Jornalismo e filha de oficial do Exército e dona de casa).

Fica evidente a participação dos assessores como informantes através da leitura das principais notícias dos jornais. No gabinete, chegam diariamente jornais de circulação no Estado e, por isso são muito comuns as perguntas sobre a chegada ou não dos jornais por parte dos assessores. Eles buscam constantemente informações julgadas por eles como de

interesse de seus parlamentares. Assinalam matérias, escrevem resumos para apresentar de forma sucinta essas notícias. Procurar essas informações sobre os principais fatos e notícias, como eles definem essa atividade, não é simplesmente uma questão de “estar informado”, mas sim um mecanismo de definição das estratégias de atuação dos parlamentares analisados nas sessões ordinárias e nas comissões permanentes das quais fazem parte.

A rotina de atividades está ligada, também, aos trabalhos na própria Casa. A deputada chega a seu gabinete por volta das oito horas da manhã todos os dias. Nos dias de sessão ordinária na Assembléia Legislativa, que acontece de segunda a quinta, Goretti tem uma conversa mais restrita com o chefe de gabinete para elaborarem, revisarem alguns pontos de sua intervenção no plenário, assim como, discutirem sobre as necessidades de atividades a serem realizadas para aquele dia, a agenda de compromissos, algumas solicitações imediatas de atendimento por aqueles que aparecem sem marcar, geralmente conhecidos de todos. Os assessores não a acompanham diretamente, mas procuram escutar ou assistir às sessões pela televisão ou via internet, para poderem “estar por dentro” das discussões propostas pela parlamentar. É muito comum ouvir nesses momentos julgamentos, avaliações sobre os discursos em plenário e comparações com outros parlamentares. Essa estratégia proporciona, assim, avaliar o desempenho da deputada, em termos de ajustar as intervenções e reorganizá-las para outros momentos.

Geralmente, na elaboração dos textos e discussões dos pontos que precisam ser redigidos nos projetos, a parlamentar necessita de um trabalho mais técnico, mais acurado e objetivo. Esse é um momento no qual as participações dos assessores são restritas, valendo-se da necessidade de uma formação e de experiências técnico-burocráticas desses agentes. O processo de elaboração desses atos legislativos consiste na leitura de estatísticas, de relatos, de discussões mais gerais que permitem um posicionamento mais fundamentado, mais preciso de suas pronúncias e elaborações. Assim, existe um pedido constante de consultorias cujas áreas não apresenta um domínio.

“Às vezes não voto em determinados projetos por não ter tempo de analisar e esmiuçar os pontos que fazem parte da propositura. Preciso de ajuda mais técnica nesses casos. Não entendo tecnicamente de assuntos administrativos, orçamentário e tributações. Por isso é preciso ter calma, avaliar essas indicações, os impactos, os prós e os contras desse projeto. Precisa ser passado por comissões, discutido

com setores da sociedade e pessoas mais específicas e que serão beneficiadas com esse projeto.”Deputada Goretti Reis (DEM)

Fica evidente, nesse caso, a importância de um conhecimento, de uma informação mais técnica para não aprovar e se pronunciar sem saber as implicações que fazem parte desse processo de elaboração e aprovação de projetos. As consultorias são alternativas encontradas para assumir posições mais coerentes e sábias para aqueles que se definem como a base de sua representação política. É uma forma de atuar, assim, em benefício da atuação do parlamentar como uma pessoa legítima para proferir discursos, opiniões e questionamentos com um máximo de eficácia possível, através, sobretudo, dos subterfúgios de informá-la sempre sobre as discussões julgadas como interessantes ao seu mandato, ou seja, uma forma de agir de forma positiva no mundo social a partir do conhecimento que esses agentes possuem acerca desse mundo (BOURDIEU, 1996a). O êxito de suas atuações é definido pelo domínio que o político adquire da “cultura parlamentar” em jogo (KUSCHNIR, 2000). Suas atividades propriamente legislativas exigem o convívio com um universo social com regras específicas e bem definidas, uma forma de atuação em que a formalidade e a objetividade das informações orientam essas práticas. Essa interação implica negociação permanente, regras formais de tratamento, de organização das falas, dos textos, do tempo e do espaço, que obedecem, assim, a uma etiqueta específica, muito diferente dos princípios de tratamento concedidos em seus gabinetes, que em muitos casos a informalidade opera nesse tipo de relações, sem uma elaboração mais requintada de tratamento, linguagem, tom das conversas e gestos.

As atividades “políticas” constituem como “campanha permanente” das atividades parlamentares. Essas ações que podem ser definidas por esse termo estão relacionadas exclusivamente com a função de intermediar o contato da parlamentar com a população em geral. O atendimento a eleitores, o contato com diversos grupos (comunitários, profissionais, entre outros) e a tentativa de resolução dessas reivindicações constituem o que definimos como a dimensão “política” das atividades de gabinete⁸. A deputada costuma receber em seu gabinete pessoas oriundas das cidades do interior do Estado, sobretudo, daquelas que obteve votação. São eleitores, amigos, autoridades políticas –vereadores dessas cidades. Considerar

⁸ Essa denominação tem como referência as classificações dos próprios assessores. Eles definem esse tipo de atividade como essencialmente marcado pela negociação, pela tentativa de resolver os problemas das comunidades, de intervenção mais direta do próprio parlamentar, através, sobretudo, da presença de assessores nas comunidades.

mais detidamente essas relações, observar a preocupação e o interesse em manter esses vínculos e a natureza desses atendimentos e reivindicações é um passo fundamental para compreendermos o cotidiano de seu mandato, sobretudo, das atividades desenvolvidas no e pelo gabinete.

Os contatos estabelecidos entre a deputada e a população em geral e autoridades municipais são estabelecidos de duas maneiras. De um lado, temos o atendimento no gabinete de eleitores, principalmente, das cidades que Goretti possui boa votação, ou seja, a “área da deputada”. Os eleitores que a procuram são provenientes de seu colégio eleitoral, definido pela alta concentração de votos no município de Lagarto e algumas cidades nas quais a votação é relativamente menos expressiva. Esses atendimentos são intermediados pelo chefe de seu gabinete. Este procura conversar com essas pessoas sobre seus pedidos e a possibilidade de resolução por parte da parlamentar. No gabinete, as demandas são mais referentes às necessidades individuais, como problemas de saúde – remédios, transportes para capital, cadeiras de roda, internações, etc. -, pedidos de estágio e emprego, de transferência de locais de trabalho, de obtenção de documentos, entre outros; e não necessitam muito do contato direto com a deputada, o chefe de gabinete é responsável, sobretudo, por esses atendimentos.

Por outro lado, existem as reivindicações da população da *área da deputada*. Esse tipo de atendimento exige a presença física da deputada nessas localidades, geralmente, feita por contatos de assessores em Lagarto e de pessoas que se deslocam até seu gabinete em Aracaju. É interessante observar que esse tipo de pedido, classificado pela deputada como “questões regionais”, diz respeito aos problemas que afetam uma coletividade. Pedidos referentes, na maior parte, às questões de infra-estrutura, segurança, educação e saúde. A deputada, nesse sentido, tenta viabilizar a transferência de recursos para esses municípios, destinados à construção e reforma de escolas e creches, a melhoria das instalações e do atendimento dos hospitais, às obras públicas, como calçamento ou recapeamento asfáltico, revitalização de praças, entre outros. Esses vínculos exigem de Goretti uma intervenção mais direta na burocracia governamental, através de solicitações de serviços do governo estadual que sejam direcionados para essas regiões. Analisando as indicações para a cidade de Lagarto destacam-se a construção de um anel viário nas intermediações do Balneário Bica no município, dando acesso ao Campus de Saúde da UFS; a duplicação da Rodovia Lourival Baptista SE-270 na entrada da cidade; mutirão de serviço de identificação em povoados; ampliação da rede de

abastecimento de água do povoado Colônia Treze; aumento do efetivo policial e construção de ciclovias na sede do município, entre outras indicações.

As possibilidades de atendimento ou não dessas demandas constituem um dos elementos de distinção dos parlamentares. A maior “facilidade”, as “chances” de resolver problemas e solicitações de coletividades definem o poder social do parlamentar (Bezerra, 1999) e distingue-os do cidadão comum. O desempenho desses políticos é avaliado, em termos práticos, pela demonstração pública do interesse por essas demandas pessoais ou coletivas e pelo esforço em resolvê-las. No entanto, existem condições nas quais a resolução dessas solicitações torna-se “complexa”, porque no trabalho do parlamentar há limitações que o impedem de atendê-las, obrigando-o “fazer o que pode”, como nos relata a deputada sobre suas limitações legais, previstas na Constituição Federal de 1988 e de sua posição em relação ao governo:

“Na verdade, hoje, o parlamentar estadual está muito restrito depois da Constituição de 88, ele não pode elaborar nenhum projeto que acarrete oneração para o Estado. Nós não podemos propor nenhum projeto que traga custos, despesas para o governo. Não temos a autonomia do deputado federal, que pode propor medidas orçamentárias. Hoje, estamos cobrando nos congressos que temos a nível de deputado para que a Casa volte a ter uma autonomia maior. Hoje temos, na verdade, pouca autonomia, temos sim para fiscalizar as ações do governo, de aprovar projetos que melhoram o Estado, enfim, se o Estado quer andar, somos nós que tomamos as decisões. Só que o deputado tem pouca autonomia para fazer as coisas, não é como a população pensa. O deputado federal tem uma diferença muito grande, tem autonomia para fazer uma série de coisas para incluir no orçamento.”

“Autonomia” significa, nesse caso, a possibilidade de intervenção na burocracia governamental, de incluir projetos orçamentários que privilegiem suas *bases eleitorais*, atingindo, assim, as expectativas da população em torno das atribuições dos parlamentares. Essas indicações também são apontadas por Bezerra (1999) sobre a atuação dos parlamentares em Brasília. O autor apresenta a concepção sobre as atribuições que os parlamentares reconhecem como sendo próprias. Nessa concepção, a referência às atribuições legislativas,

ligadas às questões *nacionais*, e às ações dirigidas para as *bases eleitorais* definem, em muitos casos, o campo de atuação desses parlamentares. É o esforço em agir positivamente para aqueles que lhes deram “credibilidade” e que agora esperam o “retorno” desse investimento. Nesse sentido, na tentativa de resolver essas demandas, entram em jogo, como vimos, determinados elementos que conferem prestígio e melhores chances de resolução.

Além das limitações constitucionais, apresentadas acima, a posição política em relação ao governo do Estado define as chances de resolver certos pedidos. No caso da deputada que possui um mandato de oposição ao governo, as dificuldades são maiores no esforço de “arrumar” essas coisas.

“Tenho um Projeto de Lei que estabelece o “Outubro Rosa” como evento oficial em todo o Estado de Sergipe, através da promoção de atividades de conscientização sobre o câncer de mama, promovendo debates, seminários nesse período do ano pela Secretaria de Saúde do Estado. Esse projeto ainda não foi aprovado pela Assembleia. Isso me entristece porque temos mulheres na casa e cobro constantemente da presidente, que é mulher, a discussão e aprovação em plenário. Mas como sou oposição, as questões partidárias assumem um contorno mais nítido do que discussões em benefício à população.”

Goretti (segunda da esquerda para a direita) participa da caminhada “Outubro Rosa”



Foto: acervo próprio (Aracaju, 10/10/2011)

Fica evidente, assim, que a posição política, ser de “esquerda” ou de “direita”, constitui como um dos recursos fundamentais para obtenção de serviços, bens do “governo”. Dessa maneira, as vias de acesso a tais recursos são definidas mais por relações pessoais do que por relações burocrático-administrativas. Conhecer “pessoas do governo” ou ser um *deles* é uma credencial que permite aos parlamentares e seus assessores conseguir resolver demandas mais particulares. Por outro lado, as solicitações de comunidades, da população em geral são resolvidas em termos legislativos, de intervenções institucionais que, nesse sentido, atua como um princípio de igualdade entre esses políticos, sem prévias distinções definidas por certo pragmatismo.

Os assessores, dessa forma, atuam como intermediários entre as comunidades e a deputada, são aqueles que não só pertencem à cidade ou tem “conhecimento” com os moradores, mas também possuem as chances de contatar o poder público para intervir nessas comunidades. Kuschnir (2000) apresenta em seu estudo sobre o cotidiano de atividades do mandato de Marta Silveira, uma vereadora de votação concentrada no subúrbio carioca, o *duplo vínculo* dos assessores de Marta que atuam no “trabalho de rua”, o pertencimento e a comunicação com outros universos. Destacando, nesse caso, as diferentes atuações desses agentes e as códiços acionadas em situações específicas, exigindo-lhes traduções de interesses e necessidades de uma esfera para outra, nas quais as lógicas de interação parecem não se combinarem ou são traduzidas em termos não identificados claramente nos respectivos campos de atuação.

Além desses campos de atuação, destaca-se o trabalho de assessoria de imprensa e de comunicação. Um trabalho que permite a visibilidade das ações parlamentares e as orientações devidas da parlamentar com a imprensa sergipana, principalmente na defesa de acusações que podem prejudicar a imagem de Goretti no cenário sergipano, como afirma sua assessora de comunicação Cristina Rochadel. Filha de oficial do exército e dona de casa, medianamente escolarizados, natural de Santa Catarina e irmã de advogados, 46 anos, Cristina apresenta um trabalho cuidadoso com a imagem e as ações de sua assessorada com afinco e habilidade, decorrentes de anos de prática como assessora em cargos de destaque na burocracia do Executivo estadual e municipal em Nossa Senhora do Socorro.

Identifica seu exercício atual na área de comunicação como reflexo de um “dom”, de uma inclinação “natural”, pois assistia à televisão e tinha a curiosidade de saber sobre os bastidores, como as coisas funcionavam, definida por ela como “*mundo mágico*”. O amadurecimento dessa ideia promoveu seu ingresso na faculdade de Comunicação Social com

habilitação em Jornalismo numa instituição privada, formando-se em 1999, sendo especialista em 2003 em assessoria de imprensa. Em sua trajetória universitária, exerceu alguns estágios em rádios e televisão na capital que lhe asseguraram o interesse e a dedicação pela profissão. Logo após sua formatura foi chamada pelo próprio senador Valadares para trabalhar em sua campanha de prefeito, devido ao destaque que obteve em seu estágio, como ela afirma. Uma experiência notadamente marcada pela insegurança e pela maioria masculina, na qual os cochichos e olhares foram dirigidos num caráter de reprovação por ser mulher e inexperiente ainda no ramo. Nesse intermédio, foi chamada para trabalhar em um canal fechado na capital, por meio de contatos que fizera na UNIT – instituição que se formou em 1999. No teste de seleção, foi reconhecida por jornalistas renomados sob o título de “menina de Valadares” – cargo que desempenhara. Não assumiu imediatamente, pois era exclusiva da campanha de Valadares, exercendo o cargo apenas depois das eleições. Essa experiência lhe possibilitou muitos contatos e reconhecimento, tanto que foi chamada em 2002 para assessorar a campanha do candidato ao governo do Estado João Alves Filho. Com o sucesso dessa campanha e a vitória do candidato, é convidada para ocupar a Secretaria de Comunicação (SECOM) na função de jornalista. Assume o cargo como assessora de comunicação da Secretaria de Segurança do Estado, sob a gestão do secretário Luiz Mendonça. Afirma que a insegurança tomou conta, devido ao histórico de ocupação masculina nessa função, sendo todos sempre militares. A credibilidade nas atuações foi definida pela precisão, pelo tecnicismo de suas informações, numa postura mais imparcial e profissional possível. Nesse período, que durou três anos, acordava às 4hrs com três rádios ligados escutando as notícias e os fatos que poderiam estar relacionados com seu universo na segurança pública do estado. *Estudar o caso* e apresentá-lo de forma segura e coerente revela um profissional da área como competente e seguro de sua atuação, atesta Cristina. Em 2006, com o afastamento do secretário Luiz Mendonça é convidada para assessorar a Secretaria de Agricultura do Estado, cujo secretário era Sérgio Reis, sobrinho da deputada Goretti Reis. Uma troca de pasta que possibilitou mais um desafio: estudar assuntos agropecuários em vez de leis e trâmites criminais. No final de 2006, na mudança de gestão de Governo – Marcelo Déda (PT) assume o Poder Executivo –, vê-se sem emprego e as portas fechadas, pois, como ela mesma afirma, ficou reconhecida como *a cara da administração passada*. No entanto, em Maio de 2007, depois de muitas negações de emprego, é convidada para assessorar o prefeito de Nossa Senhora de Socorro, José do Prado Franco. Exerceu vários cargos dentro da secretaria de comunicação, logo sendo chamada para o cargo de secretária deste município. Exerce nesse

período atividades paralelas de assessoria na Faculdade de Negócios de Sergipe (FANESE). Em 2009, é convidada pelo ex-secretário de agricultura Sérgio Reis exercer o cargo que havia prometido quando sua tia Goretti Reis assumisse definitivamente a legislatura estadual, visto que se encontrava na condição de suplente. A partir desse período se estabelece um vínculo com a deputada depois de um itinerário marcado por comunicação e assessoria política, uma função importante como ela própria afirma:

“Cabe ao assessor tomar pedra, o assessorado jamais. O conhecimento, a investigação, a imparcialidade são requisitos chave nessa função, pois a verdade tem que ser levada adiante, tem que aparecer. O assessor não pode promover alguém ou uma empresa a partir de dados infundados que não condizem com a verdade. Por isso, é preciso estudar, conhecer o caso, a pessoa, a empresa, aquele que você vai assessorar. No caso de Goretti Reis, fica fácil assessorá-la, porque não tem um histórico ambíguo de caráter, de escândalos. Ela não tem uma imagem negativa no Estado. Muitos não podem conhecê-la, mas seu nome não está associado a escândalos, não é referência de negatividades. Quando você chega e diz ‘vote em Goretti’ as pessoas não mostram repúdio, e, em alguns casos, até elogiam nosso trabalho. Isso é gratificante, pois é sinal de nosso trabalho e de uma assessoria de comunicação atuante que expõe na mídia sergipana as principais ações da deputada e rebate imediatamente acusações infundadas.”

Apresentar qualidades e ações consideradas positivas, relativas às proposições e indicações legislativas em benefício de sua base de representação política e anular acusações, definidas por ela como infundadas, são os principais propósitos da assessoria de comunicação sob sua coordenação. Para tanto, desde o início de sua atuação como assessora procurou desenvolver ações que possibilitassem a visibilidade de Goretti Reis, um nome ainda restrito ao município de Lagarto e a setores de saúde na capital. A promoção dessa notoriedade ocorreu principalmente pela elaboração e divulgação do site da deputada em 2009. Essa atitude foi vista como benefício na comunicação entre Goretti e seus eleitores, através da

exposição de sua trajetória de vida e política, fotos, vídeos de entrevistas e uma alimentação diária de notícias sobre a atuação parlamentar na casa, viagens e promoção de eventos.

“A internet é um espaço extremamente democrático e pode ser acessada, inclusive, por que não tem computador: seja nas lanhouses, nas escolas; assim, todos poderão acompanhar mais de perto o meu trabalho. O meu objetivo é oferecer aos cidadãos formas de me auxiliar em meu mandato, seja com críticas, com sugestões e com denúncias. Estarei acessando o conteúdo diariamente e buscando responder a todos o mais rápido possível”(Goretti Reis – diário de campo)



Foto: Goretti em inauguração de seu site em Lagarto, ao lado de seu pai (direita), irmão e sobrinho (esquerda, respectivamente) no Espaço Progresso Artur Reis em 2009 (Acervo próprio).

Motivada, segundo ela, pela participação política e o acompanhamento de seu trabalho, numa espécie de espaço democrático para expressão de opiniões acerca de suas atividades, Goretti expressa uma noção partilhada em grande parte pela população em relação aos políticos, principalmente aos deputados na esfera estadual ou federal, visto que suas atividades são exercidas em contextos às vezes inacessíveis, ao contrário de vereadores e prefeitos, cujo exercício pode ser acompanhado mais diretamente, sobretudo, pela presença física na cidade. Para amenizar essas formulações, a criação de subterfúgios torna-se elementos distintos na avaliação da população, sobretudo, pela criação de site, como afirma a

deputada, é um meio mais fácil de acompanhamento e participação de seu mandato, pois o acesso pode ser feito em qualquer lugar, em seus próprios contextos de relações habituais, sem um deslocamento físico, sem uma necessidade de restrições, de constrangimentos, de interdições nos prédios públicos que muitas vezes se instalam entre um político e seus eleitores. Na tentativa de manter um canal mais direto com sua *base eleitoral*, participações em entrevistas em mídias regionais, principalmente em programas de rádios, e em eventos religiosos na cidade, inaugurações em povoados, quermesses, batizados, missas, festas, enfim, formas mais populares de aproximação, na certeza de grandes aglomerações, nas quais sua presença possa ser vista e reconhecida por um número expressivo de pessoas. Nesse sentido, presenciamos um inconformismo de uma mulher que se dizia ter votado na deputada e que não a encontrava nunca.

“Me disseram que poderia encontrar com Goretti na missa. Assistii à missa toda e não vi ela. Ela gosta muito é de enganar as pessoas.” (Mulher, aparentemente com pouca instrução educacional).

Este caso presenciamos em Lagarto no espaço que Goretti mantém como casa de apoio, uma espécie de escritório para manter laços mais estreitos com a população. Em resposta a essa interpelação, vista por muitos que se encontravam na recepção como negativa, uma mulher aparentando ter uns 40 anos, minimamente escolarizada rebate veementemente:

“Minha filha, ela estava lá sim. Ela tava perto do altar na frente. Você não viu, porque quem entrou com a santa foi o prefeito. Ela chegou e ficou sentada assim na frente, mais pro canto. Foi tanto que minha cunhada conseguiu falar com ela e disse para vir hoje para eu procurar o advogado.”

Essa situação revela a importância de sua presença constante no município, pois existe uma cobrança e comentários a respeito de suas aproximações ou distanciamentos, funcionando, assim, como termômetro de avaliação das ações da deputada. Por isso, o sacrifício em conciliar eventos em sua agenda é uma tarefa que lhe exige *jogo de cintura* e disposição para poder cumprir com a grande parte desses convites. Nesses casos, o site não se torna eficaz como instrumento de ligação entre essas partes, pois essas cobranças partem em grande medida de parcela da sociedade, cuja escolaridade é mínima e, por conseguinte, a leitura de notícias e solicitações de demandas mais pessoais em sua página na internet

difícilmente se tornam acessíveis a essa parcela. Assim, manter-se presente física e virtualmente é uma ação partilhada pela deputada e sua assessoria como fundamental na constituição de sua visibilidade, cabendo a sua equipe agendar, lembrar e se informar sobre eventos que irão ocorrer e que poderá ser convidada.

Outra dimensão dessas atividades de comunicação é rebater acusações, para que seja informada na mídia os pontos verdadeiros que não condizem com comentários maldosos, como assinala sua assessora Cristina Rochadel. Exemplo desse plano de atuação está na defesa de Goretti a respeito de calúnias sobre a invalidade de sua autoria do projeto de lei que propõe a definição de piso salarial e jornada de trabalho para os enfermeiros de Sergipe. As acusações foram proferidas por Francisco Gualberto (PT), membro da bancada do governo e opositor a Goretti Reis. A deputada avaliou como uma vingança por não ter se coligado com a bancada de situação. Essas palavras do deputado podem deturpar a imagem de Goretti, como define Rochadel, sua assessora de imprensa.

“Logo pela manhã uma bomba dessa. Tive que correr para mandar a matéria para imprensa anunciando as provocações do colega parlamentar e explicando à comunidade que as acusações não procediam, que eram um jogo político de uma política rasteira, de acusações e pejorações mentirosas. Essas coisas podem acabar com a imagem da deputada. Fiz logo uma nota, mandei para a imprensa, para todos os jornais, antes mesmo que saísse alguma nota de outra fonte, principalmente de oposição. Não esperei Gorettinem se pronunciara respeito do caso, escrevi o texto e enviei a todos, porque se for lento nesses casos, o caminho para desfazer o que já foi escrito é mais difícil. Habilidade e agilidade nesses casos são fundamentais.”

Verifica-se a importância de uma assessoria de imprensa e o papel que tem na construção da imagem do assessorado, pois grande parte da população desinformada de algumas questões pode formular ideias negativas sem mesmo conhecer todos os lados, como destaca a própria assessora. Manter uma imagem positiva e esclarecer sobre os posicionamentos e atuações da parlamentar é objetivo central. Assim, sua assessora publica na íntegra a resposta dessas acusações:

“Não poderia, já que não me foi dado o direito de resposta no momento em que o deputado usou a tribuna de forma agressiva para denegrir e fazer uma

justificativa de um caso que ele não teve nem a maturidade e o esclarecimento de ver do que se trata para vir nessa tribuna falar. Então usou de palavras agressivas, me chamando de desleal, hipócrita. E até o termo ‘peixe podre’ que eu estava vendendo para iludir as pessoas. De forma leviana, vamos assim dizer, para tentar ganhar proveito politicamente. Sei ter respeito, ser honesta, sei primar pela verdade. Assumo e sou mulher o suficiente para assumir os meus atos. Sou mulher suficiente também para reconhecer os erros e pedir desculpas. Agora não gosto, nem vou permitir, nem por parte de Vossa Excelência, (Gualberto) nem por parte de nenhum parlamentar e nem de ninguém da sociedade me agredir de forma leviana. Diversas vezes usei a tribuna para fazer cobranças dos projetos que não saem, que não tramitam nas comissões. Quando é de interesse do Governo, no mesmo dia vai para a comissão e é aprovado. E não são só projetos meus, tem vários projetos da oposição que estão na mesma situação. Vou continuar cobrando e passando para a sociedade o que realmente se passa nesta Casa. Quando fala que usei no Congresso, fiz e assumo o que digo. Disse a todos que estavam no Congresso que o projeto que tem nossa autoria aqui nessa Casa é um projeto que se trata do piso da categoria, tanto para o enfermeiro, quanto para o auxiliar e para o técnico. Dentro desse projeto nós temos um artigo que trata para que o piso salarial fique atrelado a jornada de trabalho de 30 horas semanais. E no mesmo dia que protocolei esse projeto existe uma indicação, pode procurar, solicitando ao Governo do Estado que enviasse a essa Casa um projeto de Lei onde fosse regulamentado no Estado de Sergipe uma jornada de 30 horas para o profissional de enfermagem. Tenho assessoria jurídica para fazer qualquer esclarecimento sobre a sua constitucionalidade. Não estou aqui para vender ilusões como o senhor deixou transparecer.” (Goretti Reis – site oficial, em 22/05/2012)

Num tom de repúdio e agressivo em relação às falas do deputado Francisco Gualberto, a deputada se apresenta como mulher de compromisso e coerência política. Uma tentativa de valorizar não apenas sua condição política, mas também remeter a uma noção de *mulher* como atestado de validade política, remetendo implicitamente a noções gerais compartilhadas pelo senso comum de competência, seriedade e compromisso em suas atividades. Uma tentativa de justificar suas práticas e concepções por meio de um jogo de referência de sua condição de gênero, combinada com sua situação política de oposição dentro da casa. Nesse discurso de resposta, percebemos o uso político de noções gerais, mais pessoais como garantia

de confiança. Remeter a ideia de transparência de seu mandato, na qual seus passes estão registrados na burocracia política do Estado, é um recurso favorável a sua defesa e que lhe permite segurança em sua posição de rechaço para essa *política rasteira* identificadas em seu universo como sinal de favorecimento eleitoral a partir de acusações infames, como ela atesta. Além disso, é perceptível o trabalho da assessora em contatar os veículos de comunicação do Estado para informá-los com uma nota escrita a próprio punho assinalando as acusações e principalmente as defesas estabelecidas.

Nesse caso, percebemos claramente o exercício dessa função de comunicação. Manter uma rede de contatos com órgãos de imprensa e o envio constante de matérias assinadas por ela a respeito das ações de sua assessorada é uma prática cotidiana que revela conhecimento e reconhecimento de sua credibilidade como jornalista assessora política constituída por vários anos de experiência no desempenho dessa função a frente de cargos que lhe permitira visibilidade no cenário jornalístico do Estado.

“Quando encaminho uma matéria, não tenho a certeza que será publicada, mas tenho a certeza que será lida. Por isso, sempre assino com congratulações a respeito da confiança de meu trabalho. Às vezes por motivos de fechamento de pauta, não há possibilidade de publicação da matéria. Mas, nesses casos, recebo algumas justificativas para não publicação da matéria. Fico grata por essas iniciativas, pois percebo a credibilidade do meu trabalho e na confiança do trabalho da deputada. Por isso, quando envio as notícias, faço questão de ser do meu e-mail, para pelo menos abrirem e publicarem uma nota pequena na edição do jornal. Como sei que é difícil publicar uma página ou meia página tento enxugar o máximo, para não ter problemas com a publicação. Mas no site, coloco tudo na íntegra, porque sei que o espaço é nosso.”(Cristina Rochadel, assessora de imprensa – diário de campo)

Fica nítida a notoriedade da assessora no campo do jornalismo do Estado, um recurso fundamental e positivo para a deputada na divulgação de suas atuações. A confiança que muitos irão ler suas indicações de matéria é a garantia e a certeza de seu nome na imprensa. Uma atuação não só fundada no exercício anterior, que lhe garantiu essa notoriedade e a possibilidade de atuar na defesa e na promoção de seus assessorados, mas também uma forma de atualizar constantemente o capital político da deputada, através da seleção de fatos que garantem visibilidade e de interesse da mídia para publicar. Além dessas indicações de

matérias, atua na divulgação de eventos que a própria deputada irá participar, para que seja coberto por algum jornalista e publicado por alguma mídia, principalmente as de grande circulação em Sergipe; como também, orientações para deputada em entrevistas, em assuntos destacados, que em alguns casos não obteve conhecimento devido a sua agenda política meio apertada, e até mesmo desviando do caminho da parlamentar jornalistas que desejam noticiar apenas fofocas, sem um caráter mais informativo. Assim, organizar de forma seletiva a imagem da parlamentar não é apenas conhecimento de ações e posições políticas, mas uma posse de um capital de relações que permitem o trâmite de informações por vias mais pessoais e diretas.

CAPÍTULO 03

AS DIMENSÕES SUBJETIVAS EM TORNO DO COTIDIANO DAS ATIVIDADES PARLAMENTARES

As atividades desenvolvidas no gabinete apontam, basicamente, para duas formas de contato com a população. Em um pólo, temos atividades voltadas, sobretudo, para o atendimento de necessidades individuais, que procuram resolver os diversos tipos de pedidos solicitados pelas pessoas que os procuram diariamente. Como vimos, são solicitações de remédios, de vagas em hospitais, creches ou escolas, transportes para capital, emprego, enfim, pedidos que se restringem ao campo individual e, em muitos casos, impossíveis de serem atendidos.

No outro extremo, encontra-se o esforço para resolver problemas que estão ligados a determinadas comunidades / cidades, que afetam diversas pessoas. São pedidos de construção e revitalização de praças, de pontes, de abastecimento de água, projetos de irrigação, entre outros. São solicitações que exigem diferentes formas de ação da parlamentar e de sua assessoria. No primeiro pólo, a postura principal é hierarquizar esses *pleitos*, separá-los de acordo com as possibilidades de resolver.

Dessa forma, os laços são também hierarquizados, privilegiam-se os casos que são percebidos as “verdadeiras” necessidades. No segundo tipo, é necessária uma intervenção mais direta na burocracia governamental, coincidindo com suas atribuições definidas constitucionalmente. Assim, são duas frentes de atuação que permitem aos parlamentares agir em benefício daqueles que são considerados como suas *bases eleitorais*, atividades que exigem não só diferentes posturas, mas também recursos que são especificamente acionados para o atendimento.

Esses padrões de relacionamentos com a população são classificados pelos assessores e pela parlamentar, em intensidades diferentes, como “pessoais” e “políticos” ou “comunitários”. Uma distinção não elaborada para indicar que esses agentes dedicam-se exclusivamente a uma ou a outra, pois atuar nesses dois planos não é algo excludente. Essa separação parece marcar, sobretudo, as concepções a respeito das atribuições parlamentares, nas quais é preciso atuar em benefício da “população” da cidade/do Estado, de forma geral, sem qualquer distinção, assim como, “ajudar” os “eleitores” que os procuram, correspondendo às expectativas daqueles que deram credibilidade. Essas duas frentes de

atuação estão presentes na rotina de atividades e encontram-se objetivadas na própria organização do gabinete, no qual encontramos assessores cuja tarefa principal é tratar de questões legislativas e outros responsáveis para o contato mais direto com as *baseseleitorais*. No entanto, há um esforço em privilegiar, por parte dos assessores e da deputada, um contato mais “político”, que questões referentes à coletividade sejam discutidas em detrimento às relações mais “pessoais”, vistas de um ponto de vista ideal como menos legítimas de participação política. Além disso, sinaliza as diferentes interpretações de alguns eleitores e da parlamentar analisada a respeito de suas atribuições políticas. Nesse sentido, esses dois padrões de relacionamento são definidos e redefinidos em termos práticos, nos quais a atenção dada a um ou ao outro é vista de forma negativa pelas pessoas que por alguma forma os procuram.

Há nesse contexto uma redefinição de práticas ditas assistencialistas, voltadas para uma esfera individual restrita, pois tais medidas são formas encontradas pela deputada para *conscientizar* essas pessoas a respeito dos *direitos* que lhe assistem. Ela afirma que as ações definidas nesses termos promovem um vício ininterrupto de demandas e resoluções que prejudicam o próprio desenvolvimento das pessoas.

“Eu não concordo com a maneira que esse programa de bolsas é desenvolvido. As pessoas se habituaram a um esforço mínimo, a conseguir as coisas de forma mais fácil. Claro que devemos estabelecer programas de erradicação da pobreza, de promover a igualdade social e participação plena dos cidadãos no processo de desenvolvimento humano, social e econômico, mas não podemos apenas conceder bolsas, uma pequena renda para uma família sem uma devida instrução. Canso muitas vezes de ajudar as pessoas com meu próprio salário de deputada, que acabo entrando às vezes no cheque especial, sem hipocrisia. Isso acontece porque o sofrimento, a necessidade é grande e temos que ajudar, as pessoas nos cobram isso da gente. Nesses casos, falo também para pessoa ir procurar seus direitos, porque é um benefício do Estado garantido por lei. Quantas vezes ajudei pessoas que precisam comprar remédios para o tratamentos de diabetes por falta do medicamento na rede pública de saúde. Sei da necessidade, mas oriento a procurar o Ministério Público, denunciar essas irregularidades. Aí eles me respondem ‘não Dona Goretti, mexer com essas coisas complicadas, deixe para lá’. Fica difícil, mas tento esclarecer que essa ajuda que concedo é uma forma paliativa para amenizar o sofrimento, mas a forma adequada é

procurar uma defesa pública para garantir que os direitos do cidadão sejam cumpridos eficazmente.”(Goretti Reis – diário de campo)

Nesse caso, podemos observar que a deputada não define sua participação e atuação política como assistencialista, mas para poder estabelecer contornos mais claros de sua forma de legislar frente a um público cuja concepção de “político” é de conceder favores pessoais é promover um assistencialismo reverso, ou seja, através do esforço na concessão desses serviços mais pessoais procura chamar atenção para uma concepção mais impessoal, universal de relação com a burocracia governamental. Uma tentativa de desvencilhar-se dessas práticas sem deixar de praticá-las, ou pelo menos, assegurando novas orientações para um exercício mais formal e constitucional de prática parlamentar. Esse “assistencialismo consciente” condiz muitas vezes com a conciliação entre formas de atuação partilhada na sociedade, nas quais a garantia de serviços mais pessoais em detrimento de uma atuação mais burocrático-legislativa é função primordial de políticos profissionais ou como uma forma negativa de concepção e práticas políticas. Nesse jogo de definição de representação política, promover uma conscientização sobre a importância e a garantia de direitos do cidadão pode se constituir numa saída para redefinir atuações parlamentares dentro das referências valorativas desses eleitores, sem estabelecer um corte profundo entre concepções e interesses que assumem contornos distintos.

Dessa maneira, a importância concedida a esses dois pólos de atividades sinaliza a concepção de tais agentes sobre quais elementos são considerados eficazes em relação a suas práticas de “fazer política”. As atividades dentro do mandato parlamentar são constantemente avaliadas e reorganizadas sob a orientação de atingir uma eficácia política, definida pelo raio de atuação que seus trabalhos possam alcançar e serem reconhecidos pela população. Assim, os elementos considerados fundamentais para o exercício dos respectivos princípios que pautam seu mandato apontam, sobretudo, para uma definição de política como uma atividade que necessita de uma constante elaboração de estratégias de contato com os eleitores. Uma definição que procura distanciar-se daquelas que consideram as campanhas eleitorais o momento mais legítimo e oportuno para um contato mais direto. A valorização da atividade permanente, ao longo de todo o mandato é uma tarefa primordial para esses assessores.

O “trabalho de gabinete”, nesse caso, é definido negativamente, pois se refere ao ambiente fechado dos gabinetes, sem um contato mais amplo possível com a “comunidade”, que permite formulações como *fulano é um político que trabalha no gabinete*. Em contraposição, atuar na área externa significa, nesses termos, “ir à rua”, “trabalhar”,

desenvolver um “trabalho de base” que possibilite um reconhecimento positivo, através dos votos. Atribui-se, assim, um sentido para suas tarefas que consiste no trabalho constante, diferentemente das concepções que procuram localizar no tempo essas atividades, principalmente, no período eleitoral. Esse significado de atividade constante aponta para a concepção de campanha permanente, organizada em torno de “visitas” e “conversas” no interregno entre as eleições. Assim, “dar sustentação a esses votos, aos amigos” figura como um valor primordial na organização das atividades que compreendem cada gabinete.

Dessa forma, atuar em contato com os eleitores, com as pessoas que de alguma forma os procuram é outro valor que fundamenta a noção de “campanha permanente”. Como as atividades políticas são identificadas pela população em geral como distantes de suas interações e ações cotidianas, é preciso, de algum modo, torná-las visíveis⁹ (Palmeira, 2006). Além de visitas, de atendimento nos próprios gabinetes, os parlamentares e suas assessorias procuram, em níveis diferentes, estar presentes no cotidiano das pessoas. Uma das possibilidades é a inauguração de obras, participação e promoção de eventos, entrevistas concedidas às diferentes mídias, enfim, todos os meios possíveis de tornar-se visível frente àqueles que identificam um tempo certo para essas atividades. Dessa maneira, existem atividades de comunicação elaboradas nos gabinetes que visam, sobretudo, informar a população em geral sobre as obras, os benefícios que os parlamentares conseguiram realizar, suas discussões e questões defendidas.

No gabinete da deputada, o trabalho de assessoria de comunicação é definido nesses termos de aproximação com os eleitores. Para tanto, a construção do site de Goretti Reis é um indicativo dessa atuação, pois a divulgação de notícias sobre suas indicações e atuações e sua agenda política é uma tentativa de transparência de seu mandato. Outro aspecto, é a divulgação, nesses três últimos anos de mandato, de um boletim informativo das atividades, uma espécie de jornal que sintetiza suas principais atuações em três grandes domínios: denúncias sobre ações tidas como irregulares do governo do Estado e do município de Lagarto, marcando sua posição política de oposição; suas indicações na Casa de benefícios para sua *base eleitoral*, o município de Lagarto; e as principais visitas e homenagens que visam a destacar sua notoriedade e reconhecimento político dentro de diversas esferas sociais

⁹ Palmeira (2006) identifica como a face pública da política a execução e a inauguração de obras realizadas pela indicação de políticos, porque essa ação revela como os recursos públicos são gastos e assinala a presença da política. Observamos aqui que existem outros fatores que a torna pública, visível aos olhos da população. Mais do que a inauguração ou a presença física do político, a comunicação mais ampla possível, através de matérias de jornais, entrevistas em rádios, informes, entre outros, permite-lhes uma circulação por diferentes espaços e um registro de suas atuações.

e políticas em Sergipe. Essas práticas não só assinalam a necessidade da constante aproximação, mas também, revelam uma concepção política cujos termos se inclinam para uma atuação nominal e direta do parlamentar, através de concessões de indicações e benefícios para Lagarto, concebidas como espaço de atuação legítimo que lhe rende visibilidade e distinção política.

Existe também uma definição compartilhada, em certa medida, pelos assessores e parlamentares sobre política como espaço de decisão, de discussão e resolução de problemas, através do qual existe a possibilidade de transformação social ou de situações particulares. Essa definição está objetivada, em termos práticos, na organização de atividades que visam a resolver as solicitações apresentadas pelas comunidades/cidades. São palestras, cursos, seminários, discursos sobre ações que promovem mudanças nas vidas das pessoas ou dos problemas. Nessas situações, os discursos e as ações são ajustados em referência às expectativas dos interlocutores, dos anseios e interesses, anunciados em cada momento. O princípio da eficácia dessas práticas reside no poder de acionar recursos e intervir na burocracia governamental que lhes autorizam a falar sobre as questões e problemas que atingem seus eleitores. É adequação da função política dos parlamentares, de suas propriedades e dos discursos pronunciados por eles que se encontram as condições satisfatórias para esses *atos de autoridade*, nos quais a eficácia simbólica reside nas propriedades, na “função social” do locutor e das condições de enunciação (BOURDIEU, 1996a, 1996b).

Essa concepção é formulada nos termos *a política é onde se decide tudo*, proferida diversas vezes pelos assessores e pela parlamentar. A reunião com o secretário de segurança do Estado, João Eloy, para discutir a situação considerada precária que permeia toda a região do município de Lagarto, assinala essa noção política. Esta reunião ocorreu, segundo Goretti Reis, devido a inúmeros pedidos feitos pela população do município. Nesse caso, estabeleceu-se uma relação próxima e direta com o secretário de segurança a fim de atender a pedidos de sua *base eleitoral*. Essa ação é em grande parte uma avaliação de sua força política, na qual todos esperam uma resolutividade através de seu intermédio.



Foto: A deputada em audiência com o secretário de segurança pública João Eloy, em março de 2011 – acervo próprio de Goretti.

Se, por um lado, as considerações efetuadas em torno da noção de decisão política instigam cobranças e ações, numa rede de interesses e expectativas, por outro, aumentam a responsabilidade individual da parlamentar quanto à sua conduta, na qual entram em jogo seu capital político em mobilizar recursos para sua *base* em condições assumidamente de oposição. Essa dinâmica de ação constitui uma espécie de análise sócio-antropológica espontânea na medida em que aponta certas condições sociais e culturais que impulsionam a parlamentar a atuar numa determinada direção. Compreende-se uma associação efetuada pela deputada entre a importância do atendimento e solução do pedido pela autoridade do governo e a sua visibilidade e, por conseguinte, seu sucesso eleitoral, pois, nesse caso, há uma ação parlamentar ajustada às noções e expectativas que as lideranças locais e a população possuem em relação a ela, ao mesmo tempo consolidando suas redes políticas e sua notoriedade, principalmente por intervir na burocracia do governo, mesmo sendo oposição.

Evidencia-se, assim, que participar da política de forma ativa, através de discussões e cobranças de benefícios para as comunidades, parece indicar uma postura valorizada por esses agentes. Essa validade é fruto da concepção de política como atividade que possibilita tomar decisões sobre problemas e questões que afetam suas vidas diárias, um valor que procura ser passado, compartilhado por aqueles que não “participam”, não “gostam” de discutir sobre “política”. A audiência mencionada ilustra bem a tentativa de socialização, de aprendizagem desse valor. A “vitória” será alcançada, num primeiro plano, pelo entendimento dos objetivos pautados nessa ação e, num segundo momento, pela inclinação mais efetiva em participar da política. O êxito dessa ação é definido, sobretudo, pela autoridade legítima da deputada de

falar sobre ação política e das condições de pronunciar seu discurso. Um momento no qual as expectativas e os interesses dos interlocutores estão voltados para incentivar a participação mais direta em atividades consideradas como sendo próprias da política. Constituindo, assim, num *ato de autoridade*, fundado nas propriedades sociais parlamentar, vistas como adequadas a participar da audiência, e as condições sociais de enunciação que permitem falar sobre essas questões com total adequação.

Se a política é concebida como espaço de decisão, no qual atuam interesses específicos, a atuação voltada para o atendimento de demandas de suas *bases eleitorais* constitui outro aspecto valorizado por esses agentes. O incentivo para participação política é marcado, como vimos, pela reivindicação de soluções, por parte dos eleitores, para os problemas que afetam as comunidades e as indicações de resolução, por parte dos parlamentares. Uma relação que exige desses políticos atuarem no atendimento de pedidos daqueles que os contatam, propondo sempre indicações de solução para tais demandas. Nesses termos, saber detectar tais problemas específicos da região, mobilizar um grupo determinado em torno desses aspectos e reivindicar oportunamente aos assessores e parlamentares são posturas consideradas positivas dentro desse universo político, que precisam ser praticadas pela população visto como o exercício de “cidadania”. Exercendo, assim, o papel que é direito de cada “cidadão”.

Dessa forma, os pedidos individuais não são vistos de maneira semelhante, apesar de existirem vínculos pautados em interesses materiais e pessoais. Esse peso relativo que as demandas coletivas possuem, sem anular na prática os pedidos individuais, corresponde a uma formulação ideal de atribuições concernentes a cada parte envolvida nessas negociações, mas, em termos práticos, sempre existem brechas para esse tipo de solicitação. A tentativa de identificar o contato com seus eleitores como uma dimensão positiva de suas práticas rotineiras não exclui a possibilidade de relações pessoais, de troca de interesses materiais. O que está em jogo, nesse sentido, é uma concepção de atividades políticas em que se deve atuar em benefício daquelas cidades que lhes deram credibilidade, através de uma votação expressiva. Atuar em nome de suas *bases eleitorais* significa conceder favores e benefícios públicos em troca, sobretudo, de apoio e votos. Uma ação construída numa complexa rede de interesses e relações pessoais onde está em destaque a busca por prestígio, reconhecimento, poder e o cumprimento, de um lado, de regras formais, pautadas na intervenção legislativa na burocracia do poder público, e, por outro lado, de obrigações morais, cujos elementos são fundados na fidelidade, na reputação daqueles envolvidos nessas práticas (Bezerra, 1999).

Dessa maneira, a concepção de política que orienta a organização das atividades do gabinete e do mandato de Gorette Reis aponta para uma formulação baseada num contato mais direto e estreito com os eleitores, fundamentado em questões específicas, consideradas fundamentais para suas vidas cotidianas. A valorização da atividade permanente em contraste com as “campanhas copa do mundo”, através de práticas de “corpo a corpo”, de visitas e atendimentos ao longo de todo o mandato sinaliza as formulações dos assessores e da parlamentar sobre as atividades que constituem a rotina de suas respectivas ações. Além disso, a política é considerada como uma esfera em que as múltiplas formas de vida social são definidas, exigindo da população um envolvimento mais efetivo, a fim de tornar reais seus virtuais interesses. Uma atuação política profundamente marcada pelo exercício em benefício das *bases eleitorais*. Assim, os elementos valorizados e que orientam suas práticas rotineiras adquirem um significado, em medidas diferentes, de “campanha permanente”, de convívio constante com as reivindicações e pedidos dos eleitores e os esforços para atendê-los.

Nesse sentido, o gabinete parlamentar tem um papel análogo ao desempenhado pelos comitês na corrida eleitoral. Nos comitês, as relações entre políticos e eleitores são intensas. Existem pessoas responsáveis pelo seu funcionamento, desenvolvendo diversas atividades. Um espaço organizado com o objetivo de promover um contato mais estreito entre os políticos e a população, através do atendimento, da escuta dos problemas e solicitações, através do qual os políticos tornam-se mais próximos, identificando-se com os anseios daqueles que os procuram. Dessa maneira, pode ser observada uma homologia de atividades desenvolvidas nesses espaços em momentos diferentes. O tipo de relações empreendidas nesse momento poderá definir os vínculos nos mandatos e, conseqüentemente, nos gabinetes. Essas indicações também são apontadas por Kuschnir (2000a) em seu estudo com os vereadores do Rio de Janeiro e que relacionam as práticas “assistencialistas” e “ideológicas” optadas no período eleitoral com o cotidiano dos mandatos. A opção por uma ou por outra, em níveis diferentes, constitui uma etapa inicial das relações com os eleitores, na qual os interesses e as expectativas são colocados em relevo e negociados, para que sejam resolvidos ao longo dos mandatos. Assim, o contato com a população, com eleitores e a tentativa de resolver seus problemas, tem um peso relativo nas decisões dos mandatos e na organização das estratégias de ação nas campanhas. A formulação da página da parlamentar na internet, na qual existe possibilidade dos eleitores em deixar recado, acompanhar suas ações, através da divulgação diária de seus “trabalhos” e projetos, são procedimentos que procuram objetivar os

valores e concepções em torno do sentido de atender e estar em contato permanente com as pessoas.

Os valores e as estratégias de ação que orientam as atividades de gabinete podem ser agrupados em torno das concepções de *proximidade, identificação e transparência*¹⁰. As diferentes atividades convergem, em diferentes níveis, para o objetivo de ajustar essas práticas em torno de tais eixos de orientação. Nas situações observadas, o contato com o “povo” é muito valorizado, revelando a articulação entre os parlamentares e os eleitores. O significado elaborado de “campanha permanente”, estar em constantes “visitas”, atender as pessoas que chegam até os gabinetes exprimem bem essa ideia de *proximidade*. Além disso, as atividades de comunicação, nas quais a informação das ações e atuações no cenário político-social, as constantes entrevistas em diferentes mídias, a confecção de jornais, calendários e a elaboração de um site são práticas que privilegiam as relações como objeto de contato mais amplo com a população. A função da *proximidade* significa tornar público o nome da parlamentar, na busca de prestígio e reconhecimento diante de seus pares. Estar no centro de notícias, dos acontecimentos ou estar próximo fisicamente constituem, portanto, uma das estratégias rotineiras das atividades pensadas pelos assessores nos gabinetes.

A ideia de *identificação* sugere uma proximidade mais profunda, através da explicitação de características ou condições semelhantes entre a parlamentar e eleitores, acionadas em momentos oportunos, nos quais a dimensão pública das atividades de mandato e do gabinete está em evidência. No caso da deputada, a afirmação em atividades públicas, como eventos, seminários e conferências, de sua condição de mulher, de sua luta pela garantia e efetivação de direitos aos funcionários públicos, principalmente, os profissionais de enfermagem do Estado e sua defesa aos movimentos sociais organizados, conferindo-lhe experiência e uma visão real dos problemas dessas parcelas sociais, apontam como elemento que visa identificar com aqueles que a procuram e votaram. Da mesma forma, a expressão de sua cidade de origem, onde nasceu e viveu desde a infância e que conhece as necessidades da cidade e da região circunvizinha sinaliza também para esse aspecto. Assim, se a ideia de *proximidade* revela distâncias que precisam ser minimizadas entre os parlamentares e as pessoas, percebidas nas formulações *fazemos visitas aos nossos amigos*, a *identificação* sugere semelhanças de condições e repõe as diferenças eufemizadas.

¹⁰ Essas três ideias foram elaboradas por Barreira (1998) em relação aos símbolos de campanhas eleitorais, a partir da análise de ritos cívicos – carreatas, comícios, passeatas, entre outros. –, da “Caravana da Vitória” – a incursão de Luís Inácio Lula da Silva pelo interior do país na corrida eleitoral de 1994 –, de candidaturas femininas nas cidades de Fortaleza, Natal e Maceió e candidaturas populares em Fortaleza, ambas no ano de 1996.

Os valores alusivos à *transparência* permitem colocar o funcionamento da “política” em questão. É comum ouvir entre os assessores formulações a respeito das possibilidades em “resolver um caso”. Quando as pessoas os procuram, eles tentam reunir informações sobre as características dos problemas, para informar os procedimentos que têm que ser adotados e se estão dentro dos limites de atuação da parlamentar, funcionando, assim, como uma espécie de freio, de filtro das demandas. No caso de impossibilidade de resolução, são expressos os recursos e os acessos de que dispõem e os trâmites burocráticos que organizam as decisões e a “política”, na tentativa de denunciar os limites impostos pela burocracia do governo e seus esforços em tentar resolver. Assim, apresentar para “aqueles que não sabem” os caminhos que precisam fazer para atender aos pedidos, ou seja, evidenciar os “bastidores” em detrimento das impossibilidades de resolução consiste num valor que procura transparecer as regras para que não sejam enganados com falsas promessas aqueles que os contatam.

Os valores e as práticas que podem ser organizados em torno desse conjunto classificado como *identificação, transparência e proximidade* atravessam não só o cotidiano do gabinete, mas também se encontram extremamente articulados em inúmeras atividades e exigem dos assessores certa destreza em conseguir articulá-los com as circunstâncias diárias. Os assessores devem dominar esse saber para que tais valores sejam pensados como estratégias de exercício das atividades. Constituem, nesse sentido, como um código de trabalho que precisa ser assimilado e reajustado a cada situação. A avaliação das atividades, em certa medida, é baseada em suas capacidades de articular tais noções nas atividades diárias. Essas indicações apontam para uma necessidade de aprender “manhas” e “jeitos” para desenvolver seus trabalhos, na qual é preciso de uma lapidação baseada em critérios considerados fundamentais ao trabalho de gabinete. Assim, tais atividades são agrupadas e orientadas por códigos elaborados de acordo com as circunstâncias nas quais estão envolvidos, tornando-se necessário sua assimilação, o que parece indicar que o trabalho dos gabinetes exigem certas malícias de execução.

Além disso, as formas nas quais as atividades são elaboradas e quem são os virtuais interlocutores pensados no processo de organização possibilitam-nos analisar alguns aspectos referentes à construção da representação política através da observação dessas práticas rotineiras. A organização das atividades é pensada em favor dos laços construídos desde a campanha eleitoral até o exercício do mandato, elas são alinhadas a partir desses vínculos considerados fundamentais ao prestígio, ao poder e reconhecimento que seu papel como parlamentar exige. Essas ações estão sempre orientadas no atendimento das demandas de suas

bases eleitorais, por isso identificando essas atividades e para quem são destinadas permitem-nos conhecer a eficácia da representação concebida nesse contexto.

Dessa forma, a deputada procura estar a serviço do que ela considera como sua *base*, ou seja, as cidades dos municípios de Sergipe nas quais teve votação. Ela representa os interesses e as necessidades daqueles eleitores desses municípios no parlamento estadual. Procura atuar em questões ligadas, sobretudo, à “saúde”, que revela sua formação em Enfermagem. Essa concepção orienta-a na execução de suas atividades legislativas, nas propostas, nas indicações e nas participações nas Comissões Permanentes na Assembleia. Nesse sentido, a instituição da representação política concebida nessas práticas aponta para um tipo de representação que localiza socialmente e geograficamente seus representados, procura descrevê-los e apresentá-los em termos institucionais, através de proposições, indicações e projetos de lei aprovados, e práticos, por meio de atividades diárias, entrevistas e contatos diretos, em detrimento de uma representação formal, em que a própria referência à autorização formal, estabelecida através do resultado das eleições, assegura por si só a dimensão da representatividade que pautam as atividades de mandato.

As atividades do gabinete funcionam, assim, como uma construção simbólica da noção de representação, como uma forma de atualização constante da noção instituída pelo sistema político formal. Uma construção de legitimidade na política, que visa a tornar legítimas ideias e porta-vozes (BARREIRA, 1998). Construir simultaneamente a imagem da parlamentar analisada, dotá-la da capacidade de falar e agir em benefício dos representados, de convergir em seu trabalho suas múltiplas reivindicações; as ideias discutidas segundo a lógica do interesse, os potenciais beneficiados de suas atuações e a comunicação dessas ações e vínculos. Trata-se de um trabalho que envolve atores, os assessores, a parlamentar e os virtuais eleitores, assim como cenários específicos para que esses enredos sejam narrados, comunicados a um amplo número de pessoas.

As atividades das assessorias empenhadas na construção da representação atingem o universo sociocultural através de elementos que acionam dimensões referentes ao *como, quem e para quem se faz política*¹¹. Dessa maneira, põem em pauta a questão de que as atividades políticas, em especial, as do gabinete precisam ser desenvolvidas em certas condições e estratégias baseadas em códigos definidos e assimilados na prática, que precisam ser

¹¹ Esses elementos são analisados por Barreira (1998) como ritos elementares de campanhas eleitorais, que remetem à ideia de que esses ritos eleitorais assumem menos um significado meramente cênico, em que são apresentados apenas os papéis de cada ator social, do que uma concepção de legitimidade política como um espaço de construção.

alinhadas e identificadas por um determinado público, devido ao reconhecimento que esses interlocutores possuem em relação à eficácia das atuações da parlamentar e de sua assessoria.

Perceber a necessidade de construção da legitimidade das atividades de gabinete e da consequente representação política impõe não perder de vista a dimensão de conflito existente nessas práticas. A relação concebida pelos assessores e avaliada pela deputada entre essas atividades e estratégias de construção de legitimidades sinaliza a tentativa de construir questões, “bandeiras de lutas” condizentes com uma concepção de sociedade. Além de possibilitarem prestígio à legisladora em destaque, tais práticas são pensadas sob uma ótica de luta simbólica por uma versão, por classificações legítimas de questões, de discussões e de sociedade que dizem representar e agir em nome da garantia de transformação, de realização efetiva. Essa postura corrobora noção de Bourdieu (1989) sobre campo político, segundo a qual, existe uma luta simbólica de produção de crenças e de princípios de classificação e de divisão do mundo. Assim, o funcionamento rotineiro das atividades de gabinete é organizado, em diferentes níveis, sob a visão de concretizar as concepções partilhadas pela parlamentar e seus assessores com aqueles que procuram manter um vínculo mais direto; de passar credibilidade da atuação e dos esforços do legislador em atender as demandas, conferindo-lhe papel de destaque em torno de seus pares.

As condutas da deputada no sentido de atendimento das demandas originadas de suas *bases eleitorais* apontariam para a possibilidade da instituição da representação política adquirir novos significados, elaborados por atores e em situações específicas. Nesse caso, podemos observar que o significado de representação política elaborado em torno das práticas rotineiras assume uma especificidade de atuação. Dessa maneira, sugerimos que a preocupação com o vínculo direto com suas *bases*, através da presença física em comunidades ou por meios de comunicações, do atendimento e da intervenção legislativa na burocracia governamental, são valores e práticas que fundamentam uma concepção singular de atuação e representação parlamentar. Esta atuação dos políticos em relação ao atendimento de demandas originadas daqueles que dizem representar pode ser observada em diferentes níveis de representação política (vereadores, deputados estaduais, federais e senadores) e formas (atendimento, comunicação, seminários, entrevistas, entre outros).

Essas indicações permitem-nos apontar a existência de uma *cultura institucional* (KUSCHNIR, 2000a), na qual a valorização da proximidade com o eleitor constitui em um dos códigos básicos, alinhando suas atuações para a atividade mediadora no plano material – o profissional da política presta serviços e participa de trocas de todos os tipos – e no cultural

– atuação no sentido de interpretar e traduzir as visões de mundo, sobretudo, em ações legislativas propriamente ditas. Em outro trabalho, (KUSCHNIR, 2000b) analisa a trajetória de uma família de políticos no Rio de Janeiro, tendo como foco central a filha, uma vereadora com votação concentrada no subúrbio carioca. A rede social que se constrói em torno do mandato dessa vereadora aponta para uma concepção de política como um universo de *acessos que não têm preço*, revelando o papel mediador exercido por essa vereadora dentro de uma complexa rede que envolve a população em geral, outros vereadores e o Poder Executivo.

Essas atividades podem ser observadas em outros níveis de esfera do poder institucional. Nesse sentido, Bezerra (1999) apresenta o conjunto de atividades a que estão submetidos acerca das diversas atribuições e direitos definidos em termos constitucionais e práticos. Segundo o autor, esses atores descrevem seus trabalhos que desenvolvem em Brasília a partir de uma distinção de duas frentes de atuação: a primeira está relacionada às atribuições legislativas e a segunda, às ações dirigidas para o atendimento das demandas de suas *bases eleitorais*. São duas frentes de atuação que não são excludentes, exigindo-lhes uma organização de trabalho, através do funcionamento dos gabinetes.

Essas práticas podem ser observadas também em diferentes formas. Na análise da relação entre os políticos e os eleitores constituídas fora do período eleitoral, Heredia (2002) acompanha as atividades de gabinete de um deputado estadual voltadas para a relação mais direta entre esses atores, em especial nas correspondências recebidas e enviadas pelo deputado às pessoas que o contataram. O conteúdo dessas cartas, afirma a autora, aponta para uma relação personalizada, na qual estão em jogo pedidos de diversos tipos, como bolsas de estudo, medicamentos, tratamentos de saúde, isenção de impostos ou dinheiro para pagá-los, entre outros. As cartas são consideradas importantes porque atualizam relações de reciprocidade, criam outras, constituindo-se em recursos eleitorais para as próximas eleições.

Dessa maneira, esses trabalhos apontam de diferentes maneiras para uma concepção de política e de representação singulares. Estar envolvido com questões legislativas, intervindo na esfera burocrático-administrativa em benefício de eleitores reais e potenciais é uma ação altamente valorizada e atualizada no cotidiano dos mandatos políticos. Essas relações possibilitam a constituição de trunfos eleitorais, acionados estrategicamente no “tempo da política”. Definem também uma das fontes do poder social desses políticos, conferindo-lhes destaque, reconhecimento e notoriedade em relação aos seus pares e à população em geral. Além disso, permitem analisar como o sistema político formal, pautado

em princípios impessoais e ditos democráticos, atravessa o cotidiano das pessoas, as formas que é pensado e vivido em circunstâncias específicas.

As indicações aqui apontadas e nos trabalhos mencionados sinalizam uma definição do papel dos parlamentares como *mediadores culturais e políticos*. Por interagir diariamente com universos sociais organizados por lógicas e concepções diversas, o parlamentar procura interpretá-las e traduzi-las em diferentes termos concernentes a cada lógica social e cultural. Estabelecer pontes entre distintos mundo sociais é observado também no trabalho dos assessores, que desempenham o papel de *intermediadores* entre os parlamentares e a população, constituindo-se em um vínculo de pertencimento, que partilham os valores e os códigos culturais daqueles que os procuram e, ao mesmo tempo, e de comunicação com o universo dos “poderosos”, da burocracia governamental, visto como distante e pouco visível no cotidiano de seus mandatos, como pode ser observado na fala da deputada sobre o papel de um parlamentar:

“O trabalho de um parlamentar consiste na atuação mais decisiva para sua cidade e em benefícios para o Estado. Cobrar do governo ações e garantias de um desenvolvimento do Estado, através de denúncias de irregularidades. Temos que ser ouvidores, farejadores e conhecedores das reais necessidades da população, para transformá-las em ações mais concretas e diretas, através de projetos e indicações para o município de Lagarto e para a população do Estado. Desenvolver esse compromisso com a população é uma atitude que perpassa todas as minhas ações nessa Casa. Quero sempre estar a frente, denunciando, cobrando e promovendo indicações nesse sentido, não somente por ser uma parlamentar de oposição, mas por conceber que meu trabalho é definido nessa ideia. Temos que ouvir todos e transformar tudo isso em benefícios para os profissionais de enfermagem, para os funcionários públicos, para os mais vulneráveis, para todos que nos procuram e que mantemos uma associação mais direta. Atuar nesse sentido é aquilo que concebo como tarefa primordial nessa minha presença nessa Casa.”
(Deputada Goretti Reis – diário de campo)

Ser um “farejador”, “ouvidor” ou um “conhecedor”, nas palavras da deputada, confirmam essa noção de mediação. Ouvir as “angústias” da população, interpretá-las e traduzi-las em novos termos, a partir de um novo ângulo, sintetizando diferentes regras e lógicas sociais, uma tarefa que permitem ser “um elo de ligação” entre o “lá”, identificado

com o Poder Executivo, e a comunidade/a cidade, constitui a postura principal desse papel de mediador. A eficácia dessa tarefa é, portanto, definida pelo *potencial de metamorfose* (VELHO, 2004) desses políticos, ou seja, pela capacidade que possuem de desempenhar diferentes papéis em universos específicos. Uma *competência* (BOURDIEU, 1983) reconhecida socialmente que os caracteriza como aptos e mais propensos para adquirir os recursos necessários para desempenhar essas atividades.

Dessa maneira, as atividades que compreendem o funcionamento rotineiro do gabinete e das atividades em geral de seu mandato parlamentar podem ser vistas como um trabalho de representação, que procura definir na prática quais questões e discussões constitui o perfil de sua atuação, de seu mandato, emergindo, assim, uma disputa sobre as formas legítimas de visões e de divisões de mundo. Uma tarefa também de apresentar a parlamentar, suas ideias e vínculos, com o intuito de manutenção da credibilidade firmada em outros contextos, principalmente, nas eleições e que possibilite também novos trunfos para as próximas disputas. Tais atividades constituem formas de reconstrução do sentido da política, nas quais a “transparência” que se revestem as atividades possibilita demonstrar “outro lado” da política, distanciando-se de formulações de opacidade e de distância que muitas vezes caracterizam o universo das atividades políticas. Assim, os valores e os símbolos elaborados em torno desse universo se alimentam dos signos e códigos vigentes nas práticas culturais, tornando-se eficazes pelo conhecimento que os agentes possuem acerca do mundo social (BARREIRA, 1998; BOURDIEU, 1996).

CONCLUSÃO

O objeto deste trabalho foi definido como sendo o estudo das relações, práticas e concepções sociais produzidas a partir da atuação feminina em atividades político-partidárias no legislativo estadual em Sergipe. Uma análise das bases e lógicas que se circunscrevem no jogo propriamente político de definição e classificação de atores ou ações como sinais de *competência* e notoriedade dentro um espaço atravessado pelas constantes redefinições de *forças* e participação política. As evidências produzidas levam à constatação de que esta atuação inscreve-se num sistema complexo de relações de dependências mútuas, constituído, entre outros, pelos “políticos” e “eleitores”, no qual as classificações e as referências de gênero parecem não ganhar visibilidade nessas interações.

Esta rede de contatos e ações funda-se em concepções sobre a política e, especificamente, sobre a representação parlamentar em que ocupam um lugar privilegiado noções como o atendimento de demandas mais particulares e pessoais, a indicação de projetos e medidas governamentais para a localidade à qual os parlamentares encontram-se politicamente vinculados. Desse modo, ao analisar essas relações baseadas na construção de uma notoriedade política, torna-se evidente uma estrutura social cuja análise permite dar inteligibilidade às formas de ação, discursos e classificações construídos como produtos políticos que precisam ser divulgados num espaço onde existem diversas definições sobre o mundo social.

Este empreendimento analítico lançou mão de um conjunto de análises cujos pressupostos teóricos e metodológicos incorporam uma perspectiva nova ao estudo das atividades identificadas como políticas. Procurando identificá-lo no âmbito das discussões em torno da temática do estudo de elites, em especial de elites parlamentares, buscou-se ampliar a perspectiva de análise aplicada a esse estudo ao se tentar aglutinar diferentes referenciais cujos pressupostos analíticos contrastam em certa medida com aqueles até então utilizados nas abordagens da literatura pertinente. Procurou-se privilegiar a análise sobre o processo de participação política mediado por noções de legitimação do profissional da política através de referências de suas propriedades sociais acionadas especificamente em determinados contextos, julgados por esses agentes como trunfos, credenciais à inserção ou ao posicionamento de seus programas políticos.

Na tentativa de compreensão dessas noções de competência e notoriedade definidas dentro um espaço de relações e concepções específicas acerca de representação parlamentar, buscamos inicialmente analisar as propriedades sociais das seis mulheres que ocupam a 17ª legislatura na Assembleia Legislativa de Sergipe. Observou-se a valorização de titulação superior como forma de legitimação de seus discursos e *bandeiras* que dizem defender em seus respectivos mandatos. Essa valorização combina-se em diferentes níveis com as experiências do exercício profissional principalmente em cargos cujo caráter é a liderança e a tomada de decisão frente a um grupo específico. Verificou-se que há uma referência desse período nas atuais posições e ações cotidianas, acionadas nesses tempos como atestado de legitimidade de suas falas, contestações e intervenções no plenário e perante a sociedade.

Além disso, a entrada dessas mulheres é marcada pela constituição em grande parte pela herança familiar de um “nome” e de valores que dizem continuar em suas posturas políticas. Verificou-se a presença em distintos níveis de elementos na socialização familiar que apontam para diversas formas de engajamento e participação políticas, percebidas em múltiplas situações, como discussões de “esquerda progressista” na adolescência com parentes, leituras sobre “injustiças sociais” no contexto escolar e universitário, como também a participação e o envolvimento mais direto de seus avós, pais ou irmãos nos pleitos municipais em suas respectivas cidades de origem, onde o contato com os símbolos, os códigos definidos como próprios do universo político foram percebidos desde cedo e atualizados constantemente dentro de seus respectivos itinerários políticos.

Essas indicações nos permitem afirmar que a credencial definida por esses agentes como forma legítima de ingresso em suas sucessivas atividades legislativas é caracterizada pela combinação de recursos escolares, principalmente de formação superior e especialização, com a herança de um capital político proveniente da notoriedade de parentes e com as experiências em atividades profissionais, cujo caráter de direção e de contato mais direto com grupos, em que lhes promovem desenvoltura na elaboração de medidas e na coordenação de atividades. Essa aglutinação de elementos sociais e culturais podem ser definidos por esses agentes como a forma mais eficaz de promoção de seus programas e ações, garantindo-lhes notoriedade e distinção num constante jogo de forças.

Outro aspecto considerado neste trabalho foi a rede de contatos que se constrói em torno do cotidiano de atividades vistas como fundamentais e necessários para o exercício do mandato parlamentar. Num nível mais específico, observou-se o “trabalho de Goretti” elaborado em grande medida em seu gabinete e na “casa de apoio” em Lagarto. A análise

desses planos de ação permite-nos identificar distintas formas de atuação e códigos específicos, exigindo-lhe “jogo de cintura” na identificação dessas diferentes lógicas que são inscritas suas ações. Nesse sentido, as atividades cotidianas centralizadas no gabinete são constituídas, basicamente, em três dimensões: atividades burocrático-administrativas e recepção, atividades legislativas e “política”, “comunitária”. Para tanto, ocorrem diversas reuniões entre a parlamentar e sua assessoria para definir as estratégias de atuação, considerar quais assuntos, ou questões, serão privilegiados e avaliar o resultado de suas atuações, o impacto junto às comunidades/as cidades beneficiadas. Nesse sentido, o gabinete pode ser definido como os bastidores de um grande teatro, no qual há uma preparação prévia, em termos de aprendizados de códigos, de formas de agir e falar, enfim, uma caracterização específica para cada cena, sempre com o objetivo de contracenar da melhor forma possível com o público, através de um enredo construído e reconstruído no cotidiano.

Essas tarefas são organizadas sob uma concepção que define política como uma atividade que necessita de uma intensa elaboração e reelaboração de estratégias de contato com os eleitores. Dessa forma, as atividades voltadas para a população em geral são valorizadas, em detrimento das tarefas “de gabinete”. Estar em contato direto com os eleitores, com a população, através da presença física da parlamentar ou em nome dela, é uma atitude altamente valorizada, pois se consideram trazer retornos positivos para as próximas eleições. Dessa maneira, a definição de “campanha permanente” pauta a orientação da organização das atividades. Desenvolver uma “campanha copa do mundo”, aquela que se apresenta no “tempo da política”, não é uma postura privilegiada no universo simbólico. Esses agentes justificam essas práticas na definição de “política” como espaço de decisão, de discussão e resolução de problemas. Assim, é valorizada a participação ativa, através de discussões e cobranças de benefícios para as *bases*.

Nesse universo, os valores e as estratégias de ação são identificados nas concepções de *proximidade*, de estar sempre próximo dos problemas e dos anseios dos eleitores, de *identificação*, na qual existe um esforço de tornar público o nome do parlamentar e associá-lo a determinado posicionamento político que procura explicitar as condições semelhantes entre a deputada Goretti e seus eleitores e, finalmente, de *transparência* na qual o funcionamento da “política” é colocado em destaque, através de formulações que procuram expressar as possibilidades e dificuldades de resolução dos problemas da população. Esses valores identificam os parlamentares como mediadores culturais e políticos, que conseguem traduzir diferentes lógicas em relação a cada situação específica.

Essas indicações nos permitem afirmar que existe uma noção de representação parlamentar definida nessa ideia de mediação entre universos definidos como distintos, que não se aproximam e que precisam de estabelecimento de contatos, visto que a política para esses agentes é definida como um “espaço onde se decide tudo”. Nesses termos, o universo político partidário reveste-se de lógicas sociais e culturais, convertidas em indicações e proposituras de intervenção nas regras e na burocracia das instâncias políticas, nas quais expectativas e interesses são revelados em diferentes níveis e contextos. Tal estrutura promove uma rede de interações pessoais e diretas, cujos valores são ajustados em termos morais e culturais.

Cria-se uma lógica de ação caracterizada sob a ótica da conversão de códigos e linguagens para diferentes campos de atuação. Demandas provenientes de localidades ou grupos vistos como a *base eleitoral* da deputada precisam ser ajustadas em termos formais, legislativos, em que predominam fatores que precisam ser controlados pela parlamentar para poder manter essa rede de relação. Predominam nesse nível termos mais formais da atuação parlamentar, no qual o conhecimento dessas regras e a eficácia na mobilização de recursos para garantir que as demandas sejam efetivadas são elementos imprescindíveis na constituição e manutenção de laços pessoais conjugados com a impessoalização da burocracia do Estado.

Dessa maneira, a referência às condições de gênero não predominam nessas atuações. Esse universo pesquisado permite-nos afirmar que as noções de *competência* e *notoriedade* são os indicadores de eficácia política. As constantes referências à formação na “área da saúde” e o acompanhamento das ações do governo nessa área são as principais formas de legitimação de seus programas, indicações e atuação dentro do legislativo estadual. Verifica-se que essas indicações não abrem espaço para definições de *mulher* ou características comumente associadas a esse grupo, em que os recursos sociais e culturais que a parlamentar apresentar como trunfos nesse jogo político constituem seu capital político e credencial na intervenção da ordem burocrática que se inscreve sua postura como parlamentar e nas localidades e grupos aos quais está vinculada politicamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARREIRA, Irllys A. F. *Chuva de papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. RJ: Relume Dumará: NuAP, 1998.

BEATIE, John. *Introdução à antropologia social: objetivos, métodos e realizações da antropologia social*. Trad. Heloísa Rodrigues Fernandes. SP: Ed. Nacional, 1977.

BEZERRA, Marcos O. *Em nome das "bases": política, favor e dependência pessoal*. RJ: Relume Dumará: NuAP, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *A representação política: elementos para a constituição do campo político*. In: Idem. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

_____. *A linguagem autorizada: as condições sociais da eficácia do discurso ritual*. In: Idem. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. SP: Edusp, 1996a.

_____. *Descrever e prescrever: as condições de possibilidade e os limites da eficácia política*. In: Idem. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. SP: Edusp, 1996b.

_____. *Cultura e Política*. In: Idem. *Questões de sociologia*. RJ: Marco Zero, 1983.

_____. *Espaço social e espaço simbólico*. In: Idem: *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 8ª ed. Campinas: Papirus, 2007.

_____. *Compreender*. In: Idem: *A miséria do mundo*. Trad.: Mateus S. Soares Azevedo, 4. ed., Petrópolis RJ : Vozes, 2001.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. TEIXEIRA, Guilherme João de Freitas (Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A presença do autor e a pós-modernidade em Antropologia*. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 21, p. 133-157, jul.1988.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

CORADINI, O. L. *Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. RJ: Relume Dumará: NuAP, 2001.

_____. *"Escolarização, militatismo e mecanismos de 'participação' política"*. In: HEREDIA, B.; TEIXEIRA, C.; BARREIRA, I. *Como se Fazem Eleições no Brasil?* RJ: Relume-Dumará, 2002.

_____. *Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas*. In: *Revista de Sociologia e Política*, n. 28, jun. 2007.

GEERTZ, Clifford. *Uma descrição densa. Por uma teoria interpretativa da cultura*. In: Idem. *A interpretação das culturas*. RJ: Zahar, 1973.

HEREDIA, Beatriz M. A. *Entre duas eleições. Relação político-eleitor*. In: HEREDIA, B., TEIXEIRA, C. & BARREIRA, I. *Como se Fazem Eleições no Brasil?* RJ: Relume-Dumará, 2002.

KUSCHNIR, Karina. *O cotidiano da política*. RJ: Jorge Zahar Ed, 2000.

KUSCHNIR, Karina e CARNEIRO L. P. *As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política*. *Revista de Estudos Históricos*. RJ: V. 24, pp. 227-250, 1999.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. *O PT e o dilema da representação política: os deputados federais são representantes de quem?* RJ: Editora FGV, 2005.

MATONTI F. & POUPEAU, F. *Le capital militant: essai de définition*. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 2005.

OLIVEIRA, W. J. F. de. *Elites culturais, militância e participação na defesa de causas ambientais*. In: CORADINI, O. L. (org.). *Estudos de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PALMEIRA, M. *Política, facções e voto*. In: PALMEIRA, M. & GOLDMAN, M (org.). *Antropologia, representação e voto*. RJ: Contra Capa Livraria, 1996.

PALMEIRA, M. *Eleição municipal, política e cidadania*. In: PALMEIRA, M. & BARREIRA, C (org.). *Política no Brasil: visões de antropólogos*. RJ: Relume Dumará, NuAP / UFRJ, 2006.

PALMEIRA, M. & GOLDMAN, M (org.). *Antropologia, representação e voto*. RJ: Contra Capa Livraria, 1996.

PEIRANO, Mariza. *Antropologia Política, Ciência Política e Antropologia da Política*. Série Antropologia, Brasília, v. 230, p. 17-29, 1997.

REIS, Eliana T. & GRILL, Igor G. *Letrados e Votados: lógicas cruzadas do engajamento político no Brasil*. Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

SEIDL, Ernesto. *A elite eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, UFRGS, 2003 (Tese de Doutorado em Ciência Política).

SOUZA, M. D. . *A Pesquisa tem “Mironga”: notas etnográficas sobre o fazer etnográfico*. In: Alinne Bonetti e Soraya Fleischer. (Org.). *Entre saias justas e jogos de cintura*. Santa Catarina: EDUNISC, 2007, v. 1, p. 73-92.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 7ª ed. RJ: Jorge Zahar, 2004.

_____. *Metodologia das Ciências Sociais*. Trad.: Augustin Wernet. 4. ed. SP: Cortez, Campinas, SP Editora da UNICAMP. V. 2, 2001.